

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSILANE APARECIDA DUARTE

**AÇÃO E DIÁLOGO NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO: DESAFIOS E  
POSSIBILIDADES**

CURITIBA  
2018

JOSILANE APARECIDA DUARTE

**AÇÃO E DIÁLOGO NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO: DESAFIOS E  
POSSIBILIDADES**

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de licenciada em Pedagogia, no curso de Pedagogia, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Léia Hegeto

CURITIBA  
2018

## TERMO DE APROVAÇÃO

JOSILANE APARECIDA DUARTE

### AÇÃO E DIÁLOGO NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de licenciada em Pedagogia, no curso de Pedagogia, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Léia de Cássia Fernandes Hegeto  
Setor de Educação, UFPR

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Roberlayne de Oliveira Borges Roballo  
Setor de Educação, UFPR

---

Prof. Dr.  
Setor de Educação, UFPR

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é o gesto mais singelo que alguém pode fazer para demonstrar sua gratidão. A minha gratidão a Deus e a todos os seres celestiais. Aos meus pais, Maria Casturina Duarte e Milton Gomes Duarte, que mesmo não possuindo diplomas ou certificados, são os meus mestres e me ensinaram que a educação muda vidas e hoje eu tenho certeza disso. Minha eterna gratidão.

Agradeço aos meus irmãos Elaine, Ademilton e Gislaine e meus sobrinhos Arthur, Helena e Raul, vocês são os meus pedaços de céu na Terra. Agradeço ao meu namorado de tantos anos Darci Wagner Schneider, que esteve comigo sempre e nunca me deixou desistir. Obrigada por ser o amor que Drummond escreve em seus poemas. Agradeço ao meu sogro Alberoni Carlos Schneider e minha sogra Guilhermina Schneider que sempre me incentivaram com muito amor. Aos meus cunhados Bruno, Allan e Luana. Aos meus tios, tias, primos, primas e ao meu afilhado Gustavo. Gratidão a todos os amigos e amigas que são especiais nessa trajetória chamada vida.

Agradeço especialmente a professora Léia Hegeto que acreditou e esteve comigo quando mais precisei. Uma professora meiga, paciente, inteligente, exigente, mas principalmente humana. E essa palavra resume você Professora, obrigada por trazer brilho no olhar e levar amor a todos, principalmente o amor pela Educação.

Agradeço também a professora Roberlayne Roballo que me ensinou muito, uma fonte de conhecimento, humanidade. Suas palavras me ajudaram muito quando tudo parecia confuso e desanimador, levarei sempre aquela conversa onde você Professora me disse: “que a vida não segue um processo linear e que isso a torna especial”.

Agradeço as Pedagogas do colégio onde foi realizada a pesquisa aos, Professores, Diretores, Secretários, Zeladores, Inspetores e Alunos, que proporcionaram o bem mais precioso que é o conhecimento. Agradecimento especial a Pedagoga Rozangela Barbosa por ter confiado no trabalho e designando tal responsabilidade de construir um projeto dentro da escola, além de ter possibilitado um aprendizado que será levado para toda a vida profissional.

Aos alunos do Colégio onde foi realizada a pesquisa, minha sincera gratidão, por ter me acolhido, sem vocês o projeto não existiria. Cada um desses alunos são importantes na construção de uma escola melhor, vocês são inspirações e tenho

certeza que alcançaram seus sonhos, pois são capazes de tudo. Agradeço a Professora Zeni, uma das minhas primeiras Professoras, que tive o prazer de encontrar novamente na pesquisa de campo. Uma Professora que ensinou o que é AMOR aos alunos e a EDUCAÇÃO, lição jamais esquecida.

Agradeço a Escola Pública e a Universidade Federal do Paraná que são fontes de inspiração que possibilitam que os sonhos se tornem reais. Agradeço a todos que não conseguiram estar dentro de uma instituição de ensino devido a um sistema injusto, mas que carregam dentro de si a esperança de uma EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS.

Gratidão!

*“Se eles podem aprender a odiar, eles podem ser ensinados a amar, porque o amor ocorre mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto”.*

*Nelson Mandela (Madiba)*

## RESUMO

A presente investigação tem o objetivo de analisar a contribuição do diálogo na mediação de conflitos em uma instituição de ensino da rede Estadual no município de Curitiba, no estado do Paraná. Foi utilizada a metodologia de natureza qualitativa baseadas na perspectiva de Gil (2010), para fins de recolher dados foram pesquisadas as Atas em que são registrados os conflitos que ocorrem por *bullying* e indisciplina entre Julho de 2017 a Setembro 2018. O estudo a partir de autores como Dayrell (2013), Arroyo (2013), Freire (1996), Candau (2007), analisa quem são os alunos das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, a função social da escola, as relações entre os alunos e alunos, professores e alunos que estão dentro da escola, além de relacionar a legislação referente ao tema abordado. As informações pesquisadas, possibilitaram compreender e dimensionar a importância da coleta de dados referente aos conflitos e das possibilidades do diálogo por meio do recurso da mediação, dentro do projeto Diálogo-Ação. Os resultados apontados revelaram que a escola de modo geral compreende que é preciso o diálogo e ações para diminuir os conflitos no ambiente escolar. Entretanto, ainda há muito a ser feito pois é preciso profissionais que estejam disponíveis e com preparo para atender tal demanda.

Palavras-chave: Ensino Médio. Função da Escola. Conflitos. Diálogo.

## **ABSTRACT**

The present research has the objective of analyzing the contribution of the dialogue in the mediation of conflicts in the educational institution of a school of the State network in the city of Curitiba, in the state of Paraná. The qualitative methodology was used based on the perspective of Gil (2010). In order to collect data, we searched the records in which the conflicts that occur due to bullying and indiscipline between January 2017 and August 2018 are recorded. of authors such as Dayrell (2013), Arroyo (2003), Freire (1996), Candau (2007), analyzes the students of High School, the social function of the school and the relationships between students and students and teachers and students who are within the school, in addition to relating the legislation related to the topic addressed. The information researched, made it possible to understand and size the importance of collecting data regarding conflicts and the possibilities of dialogue through the mediation resource within the Dialogue Action project. The results indicated that the school in general understands that it takes dialogue and actions to reduce conflicts in the school environment. However, there is still a lot to be done as it requires professionals who are available and prepared to meet such demand

Keywords: Middle School. Role of School. Conflicts. Dialogue.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - TOTAL DE CONFLITOS PROFESSORES E ALUNOS E ALUNOS E ALUNOS .....	42
GRÁFICO 2 – TOTAL DE CONFLITOS POR <i>BULLYING</i> E INDISCIPLINA....	42
GRÁFICO 3 – CONFLITOS POR <i>BULLYING</i> E INDISCIPLINA - ANOS .....	43
GRÁFICO 4 – TIPOS DE CONFLITOS POR ANOS.....	43

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>BREVE HISTÓRICO DO ENSINO NO BRASIL .....</b>	<b>14</b>
2.1	ENSINO MÉDIO NO BRASIL PÓS A LDB 9394/96.....	17
2.2	ESTRUTURA DO ENSINO MÉDIO NO MOMENTO ATUAL.....	19
<b>3</b>	<b>FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E O SEU PAPEL NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO .....</b>	<b>23</b>
3.1	A FUNÇÃO DA ESCOLA NO CONHECIMENTO CIENTÍFICO .....	24
3.2	FUNÇÃO DA ESCOLA EM ASPECTOS CULTURAIS E SOCIAIS .....	26
3.3	A FUNÇÃO DA ESCOLA COMO A FORMAÇÃO DO SUJEITO CRÍTICO.....	27
3.4	QUEM SÃO OS SUJEITOS DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E OS SUJEITOS DO ENSINO MÉDIO? .....	29
3.5	CONFLITOS ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO .....	32
3.6	CONFLITOS <i>BULLYING</i> NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO .....	36
3.7	CONFLITOS POR INDISCIPLINA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO .....	38
<b>4</b>	<b>PESQUISA DE CAMPO E PROJETO DIÁLOGO-AÇÃO .....</b>	<b>41</b>
4.1	PROPOSTAS E POSSIBILIDADES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS POR MEIO DO DIÁLOGO .....	45
4.2	O PROJETO DIÁLOGO-AÇÃO.....	48
4.3	OBJETIVOS DO PROJETO DIÁLOGO-AÇÃO .....	49
4.4	METODOLOGIA DO PROJETO DIÁLOGO – AÇÃO.....	50
4.5	EQUIPE DO PROJETO DIÁLOGO – AÇÃO.....	51
4.6	AÇÕES REALIZADAS PELO PROJETO DIÁLOGO- AÇÃO .....	52
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>53</b>
	<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>55</b>
	<b>ANEXO 1 – IMAGENS DAS ATAS DE OCORRÊNCIA .....</b>	<b>60</b>
	<b>ANEXO 2 – MODELO DE PLANILHA DO PROJETO DIÁLOGO-AÇÃO.....</b>	<b>63</b>
	<b>ANEXO 3 – MODELO DO CARTAZ DO PROJETO DIÁLOGO-AÇÃO.....</b>	<b>66</b>
	<b>ANEXO 4- MODELO DA MINI BIBLIOTECA DO PROJETO DIÁLOGO AÇÃO.....</b>	<b>67</b>
	<b>ANEXO 5- FOTOS DAS AÇÕES DO DIÁLOGO-AÇÃO DENTRO DO PROJETO DE EXTENSÃO PLANEJAMENTO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UFPR.....</b>	<b>68</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A Pesquisa tem como objetivo geral refletir sobre conflitos que ocorrem entre alunos e alunos e professores e alunos, nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. O intuito da pesquisa é mostrar como ações, por meio do diálogo, possibilitam a prevenção de conflitos no ambiente escolar. Para isso é preciso analisar e compreender a função social da escola e quem são os sujeitos que frequentam as séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. As escolas no Brasil enfrentam vários desafios nas relações entre os sujeitos, surgindo, portanto, a necessidade de pensar, se a escola a partir do diálogo, pode minimizar os conflitos que ocorrem entre os sujeitos escolares? Os conflitos sempre existiram e continuarão existindo em todo o contexto social. A escola tem como objetivo, que vai muito além da transmissão dos conhecimentos científicos, precisando assim, atender as especificidades dos estudantes e cumprir com a sua função social. Dentro dessas múltiplas funções, a escola precisa atender conflitos que ocorrem no interior das relações educativas e as demandas ocasionadas por esses.

Para entender essas relações, a pesquisa tem como referenciais teóricos os autores: Dayrell (2013), Arroyo (2013), Freire (1996), Candau (2007). Também foram utilizados documentos como a LDB 9394/96, Diretrizes Curriculares e Referenciais Curriculares.

Como metodologia, a pesquisa de caráter qualitativo teve duas etapas: a Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa de Campo. Quanto aos procedimentos da pesquisa, foi realizada a Pesquisa Bibliográfica, desenvolvida com base em materiais como livros e artigos científicos (GIL, 2008). Para esse autor, um dos elementos fundamentais para a pesquisa é a observação, possuindo um papel fundamental na fase de coleta de dados. Sua principal vantagem é a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. No estudo de Campo, procurou-se o aprofundamento de uma realidade específica, realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de conversas com alunos para captar as explicações e interpretações que ocorrem naquela realidade. A pesquisa de campo foi realizada em uma Escola da rede Estadual de Ensino, localizada na região sul de Curitiba-PR. A proposta foi analisar os principais motivos que ocasionam conflitos dentro da escola e assim, propor ações concretas e reflexivas por meio do diálogo.

A pesquisa está dividida em três capítulos: no primeiro capítulo, foi tratado sobre o contexto histórico do Ensino Fundamental e Médio no Brasil, as alterações nas leis e a proposta atual da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, bem como, a Legislação que orienta a oferta e organização do Ensino por meio de Referencial Curricular, Diretrizes, LDB e entre outros.

No segundo capítulo, foi tratado sobre a Função social da escola e seu papel nas séries finais do Ensino Fundamental e Médio, qual a função da escola na transmissão do conhecimento científico, nos aspectos culturais sociais e na formação do sujeito. Esse capítulo também apresenta os sujeitos que estão nas séries finais do Ensino Fundamental e Médio e as suas relações e conflitos. Priorizou-se na pesquisa os conflitos gerados por *bullying* e indisciplina escolar.

No terceiro capítulo, foram apresentados os resultados da Pesquisa de Campo, por meio de observações e da análise de dados das Atas de ocorrências do Colégio da rede Estadual de Ensino, localizado na Região Sul de Curitiba-PR. Com base nas categorias, o objetivo foi identificar quais são os conflitos mais ocorrentes dentro da instituição de ensino, quais as ferramentas necessárias para registrar os conflitos que ocorrem na escola e como realizar intervenção dos conflitos por meio do diálogo. Com essas perspectivas está sendo construído um projeto nomeado Diálogo – Ação que tem a finalidade de propor mediações de conflito por meio do diálogo. O projeto Diálogo- Ação está sendo elaborado junto à Pedagoga da escola, Rozangela Barbosa e também faz parte do projeto de extensão da UFPR “Planejamento na Organização do Trabalho Pedagógico Escolar, sob a coordenação da Profa. Léia Hegeto (DEPLAE/UFPR).

## 2 BREVE HISTÓRICO DO ENSINO NO BRASIL

Entende-se que analisar a contextualização e a implantação do Ensino Médio e Fundamental no Brasil ajudam a compreender a situação desse níveis de Ensino. Por isso a importância de destacar as reformas educacionais que tiveram influência na estrutura do ensino no país.

O nível de Ensino Fundamental e Médio no Brasil, foi instituído e organizado inicialmente pelos Jesuítas ainda no Período Colonial, e se encontrava na responsabilidade dos mesmos entre o Século XVI ao Século XVIII, sendo que o Reino Português não custeava o ensino na colônia. Uma das características do Ensino Primário e Secundário nesse período era que estava diretamente ligado ao catolicismo. O ensino com caráter repetitivo e memorizado com aspectos disciplinares rigorosos, favorecia o ensino de conteúdos voltados à ética religiosa.

Com a duração de um ano, esse curso tinha em seu currículo a doutrina católica e as primeiras letras. Nos estudos, disciplina, atenção e perseverança eram as três qualidades serem adquiridas pelos alunos não só para facilitar o próprio ensino e aprendizado, mas, sobretudo, para desenvolver um traço de caráter considerado fundamental ao futuro sacerdote e ao cristão leigo (ROCHA, 2010, p. 37).

O modelo de educação brasileiro nesse momento histórico era como um mecanismo amplo de reprodução social, e o acesso ao sistema educacional secundário era ofertado à minoria, ou seja uma minoria que pertencia à elite daquele período.

Assim, a ação missionária, intenção inicial da educação jesuítica, perdeu força, abrindo espaço para a criação de colégios que atendiam as necessidades da elite emergente na colônia portuguesa. Entretanto, com a expansão do sistema educacional, os jesuítas educavam os homens em escolas e as mulheres nas igrejas e capelas. Além disso, torna-se relevante destacar que '[...] a maioria dos missionários não estava preparada para as funções que dela se esperava, incluindo a do magistério' (ROCHA, 2010, p. 33).

O ensino brasileiro esteve ligado aos Jesuítas até o ano de 1759, período esse conhecido como Período Pombalino. A expulsão dos jesuítas da Colônia pelo rei de Portugal modifica o modelo de ensino ofertado pelos religiosos que já não atendia aos interesses da metrópole. A substituição do antigo ensino originou-se a partir das chamadas Aulas Régias que foram as primeiras formas de sistema de ensino público

no Brasil. As aulas Régias eram lecionadas por professores que eram indicados e atendiam as demandas políticas, com cargos vitalícios e por serem formados no sistema educacional jesuíta acabavam por reproduzir o modelo de ensino religioso. Além de que a educação ainda possuía um caráter elitista e seletivo, priorizava-se a preparação das classes mais abastadas ao ensino superior fora do país ou em cursos superiores que estavam sendo aqui criados. A oferta de ensino era dividida por províncias e os atuais Estados eram responsáveis pelo ensino primário e secundário e o ensino superior ficava sob a responsabilidade da corte portuguesa, pois não havia um órgão governamental.

A permanência praticamente inalterada do sistema das Aulas Régias no Brasil da virada do século XVIII para o seguinte, estendendo-se ainda durante o primeiro reinado, deveu-se à continuidade dos modelos de pensamento em nossa elite cultural. Existiu um grande descompasso entre o pretendido pelo governo monárquico – tanto o português quanto o brasileiro, após a independência – e aquilo que as condições sociais e econômicas viriam permitir, dentro de um modelo produtivo excludente, escravista e pautado numa mentalidade que contribuía para se perpetrar tal situação. (CARDOSO, 2004, p. 190).

A partir de 1930, Getúlio Vargas começa a fazer transformações no sistema educacional como a criação do Ministério da Educação coordenada pelo então Ministro Francisco Campos.

Inexistia até 1930 uma política nacional de educação que subordinasse os sistemas estaduais. As reformas realizadas pela União até aquele momento limitavam-se quase que exclusivamente ao Distrito Federal e, embora fossem apresentadas como 'modelo', os estados da federação não eram obrigados a adotá-las (ROMANELLI, 1978, p. 48).

A esse respeito, Demerval Saviani (2004) descreve: “Vargas solicitou aos presentes que colaborassem na definição da política educacional do novo governo” (Saviani, 2004, p.35). Na Era Republicana, o Brasil, mantinha suas bases administrativas voltadas à Teoria Geral da Administração. Neste período, as reformas organizacionais aconteceram com mais impactos nos Estados e também na educação. Neste movimento os reformistas da educação Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, entre outros instituíram Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). A renovação educacional no início da Segunda República “estava alicerçada nas teorias psicológicas de Lourenço Filho, na contribuição sociológica de Fernando de Azevedo e no pensamento filosófico e político de Anísio

Teixeira”. (SANDER, 2007, p.28). Em 1931 acontecia um movimento católico que externava seus conflitos com os escolanovistas pelo ensino religioso. Saviani (2007, p.195) retrata esse período como o equilíbrio entre a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova datados de 1932 a 1947.

Na IV Conferência Nacional de Educação eclodia a ruptura entre “católicos” e “liberais” com a publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), que tornou-se base política e de modernidade que fundamenta a educação e a sociedade brasileira até os dias atuais. Nos primeiros parágrafos do documento retrata a prioridade da administração escolar estabelecida como fator fundamental para a solução dos problemas educacionais agravados no regime republicano.

Em 1931 foi instituído o Decreto nº 3 19.890 complementado pelo Decreto/Lei nº4. 244 de abril de 1942, a partir do qual foi criada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que durou até 1971. De acordo com tal decreto, havia uma divisão entre ensino primário e ensino secundário. O ensino primário era compreendido por quatro anos de duração e o colegial com três anos, sendo que para ingressar em ambos, era necessário exame de admissão.

Para Gonçalves e Pimenta (1992), o conjunto de documentos, os seis decretos baixados na tentativa de estruturar o sistema de ensino brasileiro, representa a primeira organização em nível nacional. Contudo, o ensino primário, o ensino normal e os demais ramos do ensino técnico não foram incluídos. Com isso, demonstra que a Reforma Campos (1942) tratou de organizar preferencialmente o sistema educacional da elite.

A lei nº 5.692/71 altera a estrutura do ensino, o ginásio e o primário foram unificados o que originou o primeiro grau com duração de oito anos e o segundo grau com duração de três anos, de acordo com essa lei as escolas que possuíam o segundo grau deviam garantir qualificação profissional, de nível técnico com duração de quatro anos ou de três anos para auxiliar técnico.

De acordo com Pinto (2002), no entanto: “Tudo indica que o objetivo por trás deste novo desenho do Ensino Médio, dando-lhe um caráter de terminalidade dos estudos, foi o de reduzir a demanda para o ensino superior e tentar aplacar o ímpeto das manifestações estudantis que exigiam mais vagas nas universidades públicas”. Essa resolução ocorreu até a 1982 com a redemocratização brasileira e a constituição Federal de 1988 mudaram a função da escola e do Ensino Médio. As leis de Diretrizes Básicas para a educação em 1996 (LDB 9394/96), ampliaram a oferta do Ensino

Médio público, porém os recursos não acompanharam essa ampliação ocasionando baixa qualidade nesse ensino.

## 2.1 ENSINO MÉDIO NO BRASIL PÓS A LDB 9394/96

O Ensino Médio é a etapa final da educação básica, indispensável para cidadania e garantia de conhecimentos para a formação do sujeito, para a progressão no trabalho e estudos consecutivos. Os principais documentos que norteiam a Educação Básica no Brasil é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), as Diretrizes Curriculares e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 a 2024 Lei nº13.005/2014. Na década de 1980, a Constituição Federal de 1988, passa ao Estado o dever e a garantia de fornecer o Ensino Médio gratuito a toda população que tenha concluído as etapas da educação básica antes do Ensino Médio Sendo assim, o dever do Estado para com a educação escolar, segundo a Emenda Constitucional nº 59 de 2009:

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria
- II - progressiva universalização do Ensino Médio gratuito; [...];
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 2009).

O Ensino Médio desde seu primórdios apresentou dualidade entre a preparação para o ingresso ao ensino superior e ao mundo do trabalho, o que acaba descaracterizando o mesmo como a formação básica. Ou seja, a última etapa do ensino básico tem por finalidade, segundo a LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Art. 35º:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996).

A finalidade do Ensino Médio na LDB 9394/96 é a preparação para o mundo do trabalho a compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos ao processo produtivo e formação ética: A relação entre essas perspectivas não pode ser formação disso ou daquilo, deve ser de maneira articulada. O direito à educação escolar básica e de qualidade de ensino. O Ensino Médio é uma etapa de ensino importante e deve possibilitar ao sujeito tenha um processo educativo adequado para exercer e exigir os direitos, o processo educativo pelo qual o discente passa na escola é base constitutiva para sua formação, na defesa e na promoção de outros direitos.

O trabalho se constitui, nessa perspectiva, no princípio organizador do currículo no Ensino Médio. Não se limita ao ensino profissionalizante, "pois todos, independentemente de sua origem ou destino socioprofissional, devem ser educados na perspectiva do trabalho, umas das principais atividades humanas". Que envolve a preparação para as escolhas profissionais futuras, o exercício da cidadania e o processo de produção de bens, serviços e conhecimentos com as tarefas laborais que lhes são próprias (BRASIL, 2000, p. 79).

Um dos direitos, é chamado Direito de Síntese. Esse direito possibilita e potencializa a garantia de outros direitos, tanto no sentido de exigí-los como no de desfrutá-los (GRACIANO, 2005).

No dia 16 de Fevereiro de 2017, o presidente Michel Temer sancionou a Medida Provisória lei 13.415/201755 que institui a Reforma Nacional do Ensino Médio, com a intenção de que os estudantes façam as disciplinas básicas do currículo com ênfase na Língua Portuguesa e Matemática e as escolas possam adaptar o currículo com área que pretende seguir ou a que tem afinidade. Ao substituir o modelo único de currículo do Ensino Médio. Conforme a Lei nº 13.415/2017 alterou a LDB, estabelecendo, no Art. 36, que:

O currículo do Ensino Médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I – linguagens e suas tecnologias;
- II – matemática e suas tecnologias;
- III – ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV – ciências humanas e sociais aplicadas;
- V – formação técnica e profissional. (BRASIL, 2017, p 43)

Essa nova estrutura proposta no documento da Base Nacional Curricular Comum afirma que irá trabalhar com o protagonismo dos jovens, atender aos vários interesses dos estudantes, como o aprofundamento acadêmico e a formação técnica profissional. No entanto, a Lei nº 13.415/2017, que trata a Reforma do Ensino Médio, demonstra não integralizar a diversificação do conhecimento aos jovens brasileiros, mostrando-se limitada quanto às competências desse nível de ensino.

Demonstrando uma perspectiva materialista do conhecimento, o que intensifica à proposta dual do ensino omitindo demais finalidades relacionadas ao Ensino Médio propostas na LDB nº 9.394/1996. Desse modo, a organização do Ensino Médio por áreas do conhecimento proposta pela BNCC não contempla todos os componentes que tradicionalmente compõem o currículo dessa etapa, dando ênfase apenas as disciplinas de matemática e língua portuguesa. O cenário brasileiro das políticas públicas para o Ensino Médio demonstra os grandes desafios que ainda permanecem nessa etapa da educação básica sendo que dualidade curricular é somente uma das dificuldades a serem ultrapassadas.

A LDB nº 9.394/1996, embora não tenha conseguido resolver a dualidade no Ensino Médio, trouxe a possibilidade de refletir um ensino com características de um ensino mais amplo e de novas finalidades formativas. Entende-se que é preciso uma reforma na atual proposta para o Ensino Médio, pois a Lei nº 13.415 ainda passa por grandes divergências por privar os estudantes do Ensino Médio a outras áreas do conhecimento. O Ensino Médio necessita de política objetiva e não imposta que enxergue todo contexto de educação desde da base.

## 2.2 ESTRUTURA DO ENSINO MÉDIO NO MOMENTO ATUAL

Para analisar a educação e a qualidade de ensino é preciso entender a estrutura do Ensino Médio no Brasil nos dias atuais, assim como toda a educação básica possui critérios e normas similares, sendo que se destaca a organização curricular. O Ensino Médio passou a ter algumas mudanças depois da implantação da lei nº 13.415, em todo país a carga horária que era de 800 horas passa a ser ampliada de forma progressiva para mil 1.400 horas para o mínimo de 5 anos e não mais de três anos. Conforme a Lei nº 13.415, de fevereiro de 2017:

Art. 1º O art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações: I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o Ensino Médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no Ensino Médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017. (BRASIL, 2017).

A Lei propõe a garantia da educação de jovens adultos no Ensino Médio àqueles que não tiveram acesso aos estudos ou continuidade dos mesmos. Cujas formas de ensino podem ocorrer sob duas modalidades diferentes, sendo elas: Os cursos presenciais ou os exames. Conforme a LDB 9304/96 Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Bem como, conforme o Art. 38, os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. Como o Ensino Médio articula com o mundo do trabalho e a Educação Profissional prevê que o aluno matriculado no Ensino Médio possa acessar à educação profissional, a qual deve direcionar ao desenvolvimento e as aptidões dos alunos. De acordo com LDB 9394/96, Capítulo III:

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo Único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (BRASIL, 1996).

A frequência mínima é de 75% do total de horas letivas com todas as disciplinas executadas no ano. Conforme LDB Nº 9394/96:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação. (BRASIL, 1996).

Sendo que avaliação deve ser contínua e cumulativa e para rendimento abaixo de média, a escola deve oferecer aulas de recuperação, de preferência paralelamente ao horário de aula. Em relação aos docentes do Ensino Médio, o Art. 62 da Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) 9394/96, estabelece que os mesmos devem ser formados em nível superior, mais especificamente em cursos de licenciatura plena:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL,1996).

O conteúdo curricular do Ensino Médio é determinado por uma base nacional comum e por uma parte diversificada, a base nacional comum compreende 75% do período mínimo de duração do Ensino Médio, sendo que o restante do conteúdo será definido pela instituição de ensino de maneira que possa contemplar as diversidades regionais, bem como, especificidades culturais de cada região. Porém, cabe a escola optar pelo oferecimento ou não da parte diversificada do currículo.

A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio propõe apenas obrigatoriedade das áreas de linguagens e matemática no currículo. Assim, os campos de ciências da natureza, humanas e sociais aplicadas passam a ser distribuídos em caráter interdisciplinar e a critério de cada rede. O problema deste documento está na omissão na formação completa do estudante, que acaba sendo padronizada além do pouco destaque aos campos científicos e humano. Tal situação acaba refletindo no estímulo que se oferta ao estudante a pensar criticamente, pois estudar mais conteúdo de Matemática e Língua Portuguesa não atesta que o sujeito do Ensino Médio terá mais capacidades de analisar de maneira crítica as manifestações científicas, artísticas e éticas.

De acordo com a Base Nacional deverão ser desenvolvidas competências específicas para cada área do conhecimento. Conforme a Base Nacional Comum Curricular:

As áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Física e Química), Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia) e Matemática e suas Tecnologias (Matemática) seguem uma mesma estrutura: definição de competências específicas de área e habilidades que lhes correspondem. Na área de Linguagens e suas Tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa),

além da apresentação das competências específicas e suas habilidades, são definidas habilidades para Língua Portuguesa. (BRASIL, 2017)

Na versão proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são definidas competências específicas para cada área do conhecimento, que essa orientam a construção dos roteiros formativos relativos a essas áreas. Os projetos que estão sendo impostos para educação é um retrocesso além de não trabalhar a liberdade de pensamento dos estudantes. A BNCC juntamente com a Reforma do Ensino Médio, por meio de uma medida provisória autoritária que foi escrita sem a participação dos principais agentes dessa área que são os estudantes e educadores, priva os estudantes de uma formação crítica e reflexiva e limita o acesso à Universidade.

### 3 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E O SEU PAPEL NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A escola tem buscado ser “*lócu*” que está diretamente ligada à formação do ser humano, formação essa que vai além dos conhecimentos científicos e específicos, pois nela encontramos aspectos sociais, políticos, econômicos, psicológicos, afetivos, ou seja, uma local onde se constrói diversos pensamentos. Num mundo globalizado será que essa instituição ainda conseguirá atender às demandas da sociedade e as especificidades de seus alunos do Ensino Fundamental e Médio?

A escola é o local em que o indivíduo está sendo constantemente constituído, agregando seus conhecimentos e valores com o seu cotidiano. Se a escola de Ensino Fundamental e Ensino Médio apenas fosse um lugar onde os sujeitos recebem informações, repetem e voltam para casa, não haveria a importância de debater sobre a função da escola, pois ela estaria cumprindo o que é esperado. Esse pensamento foi adotado por muito tempo em muitas instituições de ensino, a escola como detentora única de conhecimento. Conforme Candau (2007) a escola como a conhecemos hoje, é uma construção histórica recente. Na América Latina, os sistemas escolares constituíram-se praticamente no século passado.

O aluno das séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, como sujeito produtor de conhecimentos e cultura, um ser sócio histórico, que reflete o que aprende, debate e se manifesta, começa a ser percebido em nosso país a partir de 1980, com a redemocratização do país e a eleição da Assembleia Nacional Constituinte. Vários grupos de profissionais da educação, sociólogos, historiadores entre outros pensadores voltam suas preocupações para a popularização do acesso à escola. Com o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases, nº. 9394/96, ocorre novas propostas, com conceitos a primórdio do direito à educação:

A educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (art. 1º §2º) e em seu artigo 2º, A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

Entretanto, o projeto educativo executado não atende às demandas dos filhos da classe trabalhadora, ou seja, não garantindo a permanência dos mesmos e nem a qualidade do ensino. A educação que se busca no Ensino Médio continua em pauta

nos debates, ainda mais após adentrar no contexto de educação básica e também pela obrigatoriedade.

Houve mudanças desse ensino ao longo do tempo não somente no quesito de leis e dualidade, mas principalmente na mudança de concepção do sujeito que está nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Conforme salienta Arroyo (2013, p. 246) “devemos reconhecer os estudantes como sujeitos ativos, afirmativos, sujeitos de direitos”.

A escola foi repensada para cumprir os aspectos sociais que dela se espera, a mesma passa a ser um agente transformador extrapolando os fins definidos como passar no vestibular, ou conseguir um emprego, que são apenas algumas etapas, mas sua função vai além dessas expectativas. Pois, a escola é um lugar onde se encontram aspectos sociais, econômicos, culturais, especificidades dos alunos, comunidade e todos os profissionais que estão em seu âmbito.

Trazer o aluno para outras questões que vão além dos conhecimentos específicos dentro de sala de aula, é trazê-lo para perto das propostas pedagógicas que são realizadas, é fazer que o mesmo seja participante de fato nas ações escolares. É preciso que a liberdade exista, que o sujeito seja o próprio emancipador do seu pensamento. A escola na formação do sujeito esquece primeiramente que esse sujeito já é integral, ele é um ser social, histórico, pensante e ativo e a escola é uma fonte para aprimorar a sua formação. Daryrell (1992, p. 3) “o processo de ensino/aprendizagem ocorre numa homogeneidade de ritmos, estratégias e propostas educativas para todos, independentemente da origem social, da idade, das experiências vivenciada”.

A função social da escola é promover com a sociedade o desenvolvimento do ser humano e o preparo para a cidadania, esses são alguns eixos da função social da escola. Porém, a escola muda conforme o tempo, as leis a que regem e os profissionais que estão dentro dela devem acompanhar essas transfigurações. Alguns aspectos devem ser considerados como: função social da escola a que diz respeito do conhecimento científico, social, cultural e na formação do sujeito crítico.

### 3.1 A FUNÇÃO DA ESCOLA NO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

A escola deve proporcionar instrumentos necessários para aquisição do conhecimento, selecionar e identificar os elementos históricos e culturais, e como

esses serão transmitidos de maneira que os alunos não sejam meros receptores, mas ativos que possam construir seus pensamentos, além do que está previsto no currículo. O conhecimento prévio do alunos é de suma importância, é preciso levar em consideração sua opinião referente a determinado assunto, suas observações e suas experiências fazem que se construa um conhecimento que tenha significado a eles.

A função da escola é de resignificar os conteúdos selecionados para que a sua função pedagógica não seja prejudicada; a leitura, a escrita, os conceitos básicos das ciências naturais, a matemática, e outras áreas do conhecimento devem estar vinculadas ao cotidiano do aluno, de maneira que a escola não deva descaracterizar a base que é garantir uma apropriação do conhecimento de forma reflexiva e crítica. Quando isso não ocorre, infelizmente os alunos das classes menos favorecidas tendem a ser os mais prejudicados, uma vez que os mesmos só tem acesso a esse conhecimento por meio da escola.

Nós precisaríamos defender o aprimoramento exatamente do ensino destinado às camadas populares. Os conteúdos são fundamentais e, sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela se transforma num arremedo, ela se transforma numa farsa. (SAVIANI,1995, p.65).

Os sujeitos que estão nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, em grande parte são os adolescentes e jovens que pedem para serem ouvidos, porém a associação, a visão que se tem em relação a esses sujeitos, é de que são alunos bagunceiros, gritalhões, alunos que emitem sons, mas não vozes, ou seja a forte relação do que a sociedade ainda enxerga por meio de estereótipo esses jovens. São nessas vozes que esses alunos revelam e podem diagnosticar o que não conseguem entender nos conteúdos ensinados, as falhas da didática dos professores, informações que não se articulam com o seu cotidiano.

Na escola há currículos ocultos que trazem elementos que podem ser direcionados para a construção do saber científico. Silva (2000) diz que o currículo oculto é entendido como um conjunto de atitudes, comportamentos e valores que não estão de forma explícita do currículo formal, porém, são implicitamente “ensinados” por meio das relações sociais, das práticas, dos ritos e da configuração espacial e temporal da escola.

Os currículos ocultos na escola estão interligados às mudanças na sociedade, pois temos atualmente uma sociedade repleta de informações que surgem em todos os meios de comunicação. Para que essas informações sejam de fato agregadas dentro de sala de aula, a informação deve ser organizada, reflexiva para que haja conhecimento. A função da escola por meio da sistematização do conhecimento, pode argumentar com alunos as questões que surgem no dia a dia, com os conteúdos estudados e informações dos meios de comunicação.

Bauman (2007) em seu livro *Tempos Líquidos*, relata que para compreender as questões que permeiam o contexto social atual é entender que esse contexto está interligado no modo como nos comunicamos, nos manifestamos e como utilizamos os meios de comunicação, mostrando que a linguagem é essencial neste mundo tão complexo em que estamos inseridos.

Na escola deve ocorrer muitas vezes uma conversa com os meios de comunicação atuais para que a ação educativa tenha o objetivo de propor ao aluno o conhecimento dos elementos culturais, sociais, matemáticos, políticos e literário por meio de outras perspectivas além dos livros didáticos, afim de que essas informações possam ajudar no seu presente e futuro. “A escola tem o papel de possibilitar o acesso das novas gerações ao mundo do saber sistematizado, do saber metódico, científico. Ela necessita organizar processos, descobrir formas adequadas a essa finalidade” (SAVIANI, 2000, p.89).

### 3.2 FUNÇÃO DA ESCOLA EM ASPECTOS CULTURAIS E SOCIAIS

Outro aspecto da função da escola é relacionada às questões culturais e sociais, a escola do Ensino Fundamental e do Ensino Médio é um ambiente onde se encontra múltiplas culturas e aspectos sociais, os debates referentes as diferenças culturais nas práticas pedagógicas vem se fortalecendo. De acordo com Candau (2003) a escola é, sem dúvida, uma instituição cultural. Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois pólos independentes, mas sim, como universos entrelaçados, como uma teia tecida no cotidiano e com fios e nós profundamente articulados. Os alunos geram cultura e buscam cultura, no ambiente escolar é possível notar quando alunos de vários eixos culturais se relacionam, ali está um diálogo para novas perspectivas, novos conhecimentos e informações a diversidade dos pontos de vista e as formas de enunciá-los; Conforme

os Parâmetros Curriculares Nacionais “a convivência com outras posições ideológicas, permitindo o exercício democrático” (BRASIL, 1998, p.40).

Dentro desse ambiente há construção e desconstrução nas relações sócio históricas, que são princípios que norteiam as relações sociais e que também são intermediadas por questão de poder. As diferenças devem ser reconhecidas e valorizadas, o aluno por meios dessa proposta consegue encontrar a sua identidade e se afirmar enquanto indivíduo. A escola precisa exercer uma construção de pensamento onde o indivíduo se reconhecer como sujeito sociocultural. A escola possui formas de mediação para as práticas sociais que são repletas de significados culturais e esses mediadores são construídos pelo grupo cultural.

Na perspectiva de reconhecer todos os sujeitos que estão dentro do âmbito escolar e fora desse contexto, a escola tem a função de transformação de alunos em sujeitos com identidades positivas e que se reconhecem como cidadãos, independentemente de sua raça, crença, gênero, sua opção política ou sexual, econômica, entre outras. A dimensão cultural e social está nas raízes da escola, ela impulsiona e uma das mediações que se pode usar é o diálogo com os diversos saberes dos alunos e conhecimentos científicos, esse diálogo encontramos nas linguagens, nas didáticas e recursos pedagógicos que podem auxiliar no combate à discriminação, bem como, uma ferramenta para construção do sujeito que não tem só o seu papel de aluno.

### 3.3 A FUNÇÃO DA ESCOLA COMO A FORMAÇÃO DO SUJEITO CRÍTICO

Quando se pensa em sujeitos críticos logo se pensa em filósofos, sociólogos como se o pensamento crítico fosse algo que somente pessoas de certas classes sociais ou de certas formações acadêmicas pudessem exercer a crítica. Porque se acaba caindo nesse pensamento? Infelizmente por vezes na formação escolar os sujeitos são forjados em apenas reproduzir as informações e não questiona-las. O papel da escola não é a formação de um cidadão apenas ouvinte que não questiona ou relaciona ideias, mas que crie possibilidades para formação de um indivíduo com senso crítico e autônomo.

O que quero dizer é que a educação, como formação, como processo de conhecimento, de ensino, de aprendizagem, se tornou, ao longo da aventura no mundo dos seres humanos uma conotação de sua natureza, gestando-se na história, como a vocação para a humanização [...] (FREIRE, 2000, p. 20).

Os alunos são capazes de discernir as razões que fundamentam os conteúdos que são propostos e investigar o valor de verdade que esses conteúdos apresentam. Mediante o exercício do pensamento crítico, os alunos conseguem opor-se ao discurso do senso comum. Conforme Abreu (2000, p.31),” o senso comum tem um poder enorme de dar sentido à vida cotidiana e manter o *status quo* vigente, mas tende a ser, ao mesmo tempo, retrógrado e maniqueísta”. Os alunos sabendo se colocarem objetivamente diante das ideias que são sujeitados pelo senso comum, estabelecem um ponto de vista próprio, o que é uma das principais vertentes da educação. Para formar sujeitos críticos, devemos repensar nas informações que estão sendo levadas para escola, quais conhecimentos podem estimular o pensamento crítico dos alunos. As informações e opiniões devem estar disponíveis aos alunos, mas de forma que essas possam ser esclarecidas, ao mesmo tempo, que são divulgadas. As informações no mundo globalizado estão em todos os lugares, porém, são poucas refletidas. Se os alunos que não tem acesso a outros pensamentos sobre aquele determinado assunto, a verdade máxima será aquilo que foi lhe entregue. Nesse ponto é de suma importância conhecer o aluno, o pensamento crítico deve ser algo normal e deve ser exposto para que eles possam sair de sua zona de conforto e entenda as questões que não conhecem, porém necessitam conhecer e entender. A escola não é um lugar de neutralidade, as questões políticas, econômicas, sociais devem ser levantadas, bem como, acesso a artes, literatura, música também precisam ser debatidas. Nas palavras de Luck (2007) o objetivo da educação emancipatória é, portanto, o de promover a superação da visão restrita de mundo, compreendendo a complexidade da realidade, permitindo ao ser humano compreender-se como ser determinante e determinado dentro de uma sociedade tão complexa.

A escola tem papel de formar o aluno em todos aspectos, por isso requer profissionais capacitados e bem formados, assim como, políticas adequadas. Sabe-se que há vários fatores que norteiam a realidade escolar, como os fatores econômicos, sociais, culturais entre outros, todavia seu papel em formar um cidadão crítico não pode estar alinhado aos problemas do seu cotidiano. Todos os alunos tem potencial e os mesmos merecem uma educação de qualidade, a função social da

escola deve estar ligada a construção social de um país, que seja de fato social e democrático. Freire (1996) afirma que uma das tarefas da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. O educando deve assumir seu papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de receptor da que lhe seja transferida pelo professor.

### 3.4 QUEM SÃO OS SUJEITOS DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E OS SUJEITOS DO ENSINO MÉDIO?

Tratar das relações entre os sujeitos é entender primeiramente que o aluno é um cidadão de direitos e deveres e protagonista das ações na escola. É esse aluno que produz novos conceitos, culturas e identidade nas instituições de ensino e fora delas, é um sujeito histórico, social e cultural:

Analisar a escola como espaço sócio-cultural significa compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano, levado a efeito por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e brancos, adultos e adolescentes, enfim, alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes na história, atores na história. Falar da escola como espaço sócio-cultural implica, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição. (DAYRELL, 1999, p. 01).

Aluno e juventude parecem algo que está interligado sempre em nossa consciência, muitas vezes é difícil separar o aluno e o jovem. Ser adolescente e jovem faz parte do ciclo da vida, porém esse período não pode ser considerado como só uma ponte para o ser adulto. Jovens têm suas especificidades e precisam de afetividade, não são um grupo homogêneo, e a escola é onde grande parte desses jovens começa a ter contato com vários indivíduos de diferentes culturas, etnias, crenças entre outros aspectos. É nesse contexto que muitos alunos começam a criar sua identificação.

Para Maffesoli (1996), há diferenças entre a identidade e identificação, pois a identidade se refere a um modo estável e racional, já a identificação tem variáveis até mesmo descartáveis, afetivas e informais entre os sujeitos. “A metamorfose que vem ocorrendo no mundo social (em relação à identidade e ao individualismo). Agora, outras características ganham importância e se tornam vetor principal de análises”

(MAFFESOLI, 1996, p.223). Os adolescentes e jovens que estão na escola se enquadram enquanto sujeitos que querem ser reconhecidos como indivíduos e parte de algo, o pensamento assim como sua identificação mudam ao longo da juventude é preciso reconhecer cada etapa nesse processo. É no convívio escolar que várias vertentes do aluno enquanto jovem se revelam. É o momento que estão fazendo escolhas que mudam constantemente, porém muitas vezes a escola atende esse jovem como somente aluno, não olhando as necessidades que esse momento da vida gera. Para que a identidade seja construída deve haver a relação com outro, o externo e a comunidade.

Na escola, os alunos são alunos e ao mesmo tempo também são jovens, para Mafessoli (1996) considerando que a identidade e identificação acontecem por meio do processo que é dicotômico nas relações grupais, os processos de ensino acabam anulando essas questões. O tempo moderno devido às suas características começou a conceituar o que é juventude, pois foi do século XIX para o XX foi fortemente marcada por questões variadas, a ideia de juventude foi alterada.

Na transição do século XIX para o século XX, que a concepção de juventude era fortemente marcada por aspectos institucionais, etários e pela ciência moderna. Ora as instituições obtinham sucesso na transição do jovem para a vida adulta, moldando um indivíduo perante as gerações anteriores, ora eram criadas resistências e grupos juvenis que não se adequavam aos moldes promulgados pela modernidade, tentando se tornar autônomos perante a regulação das instituições e do mundo adulto. (GROPPO, 2003, p. 234).

Com a modernidade e as mudanças sociais, o adolescente e jovem dentro das instituições de ensino também começam a mudar, seus interesses e ideologias. Com essas mudanças alguns assuntos como por exemplo: política, gênero, questões raciais entre outros acabam não sendo debatidos. Esses assuntos que envolvem a sociedade devem ser reconhecidos, questionados e dialogados, pois alunos não são sujeitos neutros, querem ser ouvidos e não calados, precisam ser protagonistas de sua história. Os alunos que estão nas séries finais do Ensino Fundamental e Médio por vezes não são olhados nos olhos. Nessas etapas de ensino o contato afetivo vai quase inexistindo, como se o sujeito que adentra as séries finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio ensino precisassem de uma quantidade menor de carinho, atenção e diálogo ou seja afetividade se ausenta. Afeto e carinho devem estar no contexto desses alunos e esses devem ser tratados como indivíduos que possuem

pensamento crítico. Os alunos como jovens e adolescentes devem debater sobre seus conhecimentos, suas experiências. Conforme Pais;

Os jovens se relacionam com a geração que estão vivendo, as experiências de determinados indivíduos são compartilhadas por outros indivíduos da mesma geração, que vivem, por esse facto, circunstâncias semelhantes e que tem de enfrentar-se com problemas similares. (PAIS,1993, p.40).

Essa relação entre a mesma geração não veta a convivência ou identificação com as gerações anteriores, mas o grupo pertencente a mesma geração se reconhecem, pois os conflitos são parecidos. O adolescente e jovem que est nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, estão cercado de informações, por meio das tecnologias que chegam cada vez mais rápidas a eles, e é preciso que a escola tenha mecanismos que possam filtrar essas informações e transforma-la em assuntos pertinentes ao conteúdo e ao cotidiano dos alunos. É preciso trazer para sala de aula esses recursos, como por exemplo o uso do celular pois somente proibir é de certa forma, afastar o aluno do seu mundo e porque não trazer esses eletrônicos como ferramenta para debates, pesquisas e comunicação?

Outro aspecto que é ligado ao jovem/aluno é o “mundo do trabalho”, pois, muitos desses alunos estão trabalhando, ou sabem desse mundo devido aos pais ou com outros sujeitos que convivem diariamente. A escola deve abranger questões relacionadas as diferentes formas de trabalho, mostrar porque o aluno trabalha e qual a importância do conhecimento científico escolar na sociedade antiga e contemporânea. Principalmente, mostrar que a escola não é só ambiente preparatório para o trabalho ou vestibular, mas é um ambiente em que as informações estabelecidas nesse ambiente podem ser alinhadas para o trabalho, cidadania e desenvolvimento integral do aluno.

O aluno em sua adolescência e juventude tem a escola como seu local de socialização. Para que se possa tornar a escola dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, um local onde de fato ocorra construção e troca de conhecimento, se faz necessário que a comunidade escolar esteja atenta aos direitos dos jovens enquanto aluno e membro da sociedade: Levar informações que não mostrem apenas seus deveres, mas que façam que os mesmos reconheçam seus direitos como cidadãos, que se reconheçam como agentes produtores de cultura e conhecimentos. Reconhecer o aluno como um cidadão faz que o mesmo não saia da

instituição de ensino apenas com a impressão que a escola foi apenas uma etapa a se cumprir, mas como uma fase importante na sua construção do ser social, histórico e cultural.

Outros aspectos que ajudam a saber quem são esses jovens e adolescentes nas escolas é a compreensão das linguagens e imagens usadas por esses alunos, como as gírias locais, imagens por meio do grafite ou arte de rua, além das fotos feitas que são publicadas em redes sociais. A linguagem sempre foi importantíssima nas sociedades, mas a imagem nunca foi tão usada como é na atualidade; Uma maneira de se pertencer há um grupo social e os jovens e adolescentes sempre estão usando desse recurso para se expressar; E essa linguagem não verbal é de suma importância para ajudar a compreender o jovem enquanto aluno. Se os professores pudessem apenas olhar e observar essa linguagem não verbal poderiam compreender muitas vezes o que aluno tem a falar referente ao que está estudando, apenas pelo uso das imagens, que muitas vezes vem ou não acompanhadas com a escrita. Trazer um objeto que reproduza imagens para dentro da sala de aula e mostrar que esses objetos existem devido aos recursos da física, da química, matemática e da linguagem. Isso é contextualizar o aluno com aspectos científicos e do cotidiano.

Entretanto, a escola e os professores nem sempre estão preparados para trabalhar utilizando se das tecnologias. Os alunos da era tecnológica e digital esperam metodologias inovadoras e práticas diferenciadas de seus professores e também que a escola trabalhe com essa tecnologia alinhada com sua realidade e vivência na mídia digital. Quando os novos recursos tecnológicos não são atribuídos nas salas de aulas, ou seja, quando professores não interagem esses recursos que está no cotidiano escolar também podem ocorrer conflitos. Há várias vertentes que levam os sujeitos do Ensino médio aos conflitos como poderão ser vistos a seguir:

### 3.5 CONFLITOS ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Em nossa sociedade sempre houve conflitos e estes continuarão existindo. Somos indivíduos diferentes e divergentes em vários sentidos sejam eles sociais, culturais, ideológicos. A escola não é um ambiente neutro, logo, recebe conflitos e gera conflitos interpessoais, pois a mesma é constituída por sujeitos.

O Conflito é toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento. A partir disso, todos os que vivemos em sociedade temos a experiência do conflito. Desde os conflitos próprios da infância, passamos pelos conflitos pessoais da adolescência e, hoje, visitados pela maturidade, continuamos a conviver com o conflito intrapessoal (ir/não ir, fazer/não fazer, falar/não falar, comprar/não comprar, vender/não vender, casar/não casar etc.) ou interpessoal, sobre o qual nos deteremos. São exemplos de conflito interpessoal a briga de vizinhos, a separação familiar, a guerra e o desentendimento entre alunos. (CHRISPINO, 2002, p. 15).

Os conflitos entre os sujeitos escolares também sempre existiram. A escola como local de sociabilidade e inerente a essas questões enfrenta esses conflitos em várias esferas, e na escola estão inseridos vários sujeitos com trajetórias sociais, econômicas, culturais diferentes. Para entender as relações entre os sujeitos do Ensino Médio é preciso entender primeiramente que há várias circunstâncias que levam aos conflitos, bem como, quem são envolvidos nessas situações. Chrispino (2007) também define o conceito da violência intraescolar, onde considera importante a observação dos atos violentos na escola e da escola com a visão do cotidiano, bem como, o ponto que motiva conflitos está na falta de comunicação, na decadência do diálogo. Com a massificação do ensino, a escola passou a receber alunos sem estar preparada para trabalhar com várias esferas sociais.

Com a massificação, trouxemos para o mesmo espaço alunos com diferentes vivências, com diferentes expectativas, com diferentes sonhos, com diferentes valores, com diferentes culturas e com diferentes hábitos [...], mas a escola permaneceu a mesma! (CHRISPINO; 2007, p.16).

Essas diferenças culturais e expectativas levam por diversas vezes ao conflito que podem ser manifestado por atos de violência física, verbal e emocional.

Um exemplo claro da dificuldade que temos para lidar com o conflito é a nossa incapacidade de identificar as circunstâncias que derivam do conflito ou redundam nele. Em geral, nas escolas e na vida, só percebemos o conflito quando este produz suas manifestações violentas. Daí podemos tirar, pelo menos, duas conclusões: a primeira é que se ele se manifestou de forma violenta é porque já existia antes na forma de divergência ou antagonismo, e nós não soubemos ou não fomos preparados para identificá-lo; a segunda é que toda a vez que o conflito se manifesta, nós agimos para resolvê-lo, coibindo a manifestação violenta. E neste caso, esquecemos que problemas mal resolvidos se repetem! (CHRISPINO, 2002, p. 15)

Um exemplo de violência é a violência simbólica, que está presente em vários setores sociais, e é comum, mesmo que muitos não a identifiquem. Ela está também inserida no âmbito escolar, que pode ser identificada quando temos a reprodução de

padrões e costumes sociais. Arendt e Bourdieu (2003) dizem que o papel da violência na história deve ultrapassar a relação entre política e guerra, ou, até mesmo, violência e poder, pois, a violência visível e concreta desaparece, dando lugar à violência implícita, a qual não deixa de ser menos cruel.

Sendo assim, para estes autores esse tipo de violência revela-se como um espaço propício para práticas explícitas de discriminação, perpetuando-se no próprio meio social. De acordo com Passos (2008), nas escolas existe muitos tipos de violência implícita, elas podem se expressar por meio do *bullying*, racismo, indisciplina entre outras. Diante aos aspectos que levam a violência escolar se faz necessário uma exposição do sentido e o conceito de violência que é um fenômeno social. Conforme Bordieu:

[...] instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra [...] dando o reforço da sua própria força que as fundamenta e contribuindo assim, [...] para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 1989, p. 11)

Para o sociólogo a violência simbólica ocorre quando a classe econômica dominante impõe sua cultura as demais classe. O sistema simbólico de uma cultura é a construção e sua subsistência é fundamental para perenizar uma determinada sociedade por meio da interiorização da cultura por todos os envolvidos. Na sala de aula isso é reafirmado quando há imposições de certos indivíduos ou grupos acima de outros. Debarbieux e Charlot (1994) em seus estudos realizados na França sobre a violência escolar afirmam que a violência escolar deve ser estudada no sentido mais amplo. Dentro das escolas deve ter uma abordagem que inclua a discussão sobre as formas de violência simbólica, física e o relato das vítimas. A observação do meio social, e conforme Debarbieux (2001, p. 45) “o pesquisador precisa encontrar instrumentos que permitam medir o peso dos determinantes sociais sobre a vida dos estabelecimentos e seu eventual clima de violência”.

Bernard Charlot retrata que a violência no meio escolar piora por tratar-se de um local, onde a base se manifesta na ordem da linguagem e da troca simbólica, e não somente da força física. Segundo Charlot (2002, p. 439) “não se pode crer que a resolução do problema está atrelada ao desaparecimento no meio escolar da agressividade e do conflito, mas deve-se buscar a todo o momento a via da palavra e

do argumento”. Em detrimento do uso da violência, isso porque, segundo o autor violência será bem mais provável, na medida em que a palavra se torna impossível.

Os conflitos podem ser classificados, segundo Redorta (2004, p. 95), “e classificar é uma forma de dar sentido. A classificação costuma ser hierárquica e permite estabelecer relações de pertencimento. Ao classificar define-se, e ao se definir, torna-se uma decisão a respeito da essência de algo”. Os conflitos dentro do contexto educacional estão ligados a vários setores eles são provenientes também das ações do sistema escolar ou podem acontecer devido as questões que envolvam os sujeitos que estão no Ensino que estão ligados as questões mais ampla. Segundo Martinez Zampa (2015), há várias circunstâncias que levam ao conflito como:

Entre docentes, por: • falta de comunicação; • interesses pessoais; • questões de poder; • conflitos anteriores; • valores diferentes; • busca de “pontuação” (posição de destaque); • conceito anual entre docentes; • não-indicação para cargos de ascensão hierárquica; • divergência em posições políticas ou ideológicas. • Entre alunos e docentes, por: • não entender o que explicam; • notas arbitrárias; • divergência sobre critério de avaliação; • avaliação inadequada (na visão do aluno); • discriminação; • falta de material didático; • não serem ouvidos (tanto alunos quanto docentes); • desinteresse pela matéria de estudo. • Entre alunos, por: • mal entendidos; • brigas; • rivalidade entre grupos; • discriminação; • bullying; • uso de espaços e bens; • namoro; • assédio sexual; • perda ou dano de bens escolares; • eleições (de variadas espécies); • viagens e festas. • Entre pais, docentes e gestores, por: • agressões ocorridas entre alunos e entre os professores; • perda de material de trabalho; • associação de pais e amigos; • cantina escolar ou similar; • falta ao serviço pelos professores; • falta de assistência pedagógica pelos professores; • critérios de avaliação, aprovação e reprovação; • uso de uniforme escolar; • não-atendimento a requisitos “burocráticos” e administrativos da gestão. (MARTINEZ ZAMPA ,2005, p. 31-32).

A classificação acima mostra que são vastas as questões que geram os conflitos escolares e quando não há diálogo a violência aumenta dentro da escola, pois o ato de ouvir acaba não existindo e não existindo o ouvir, logo não existe a empatia. São múltiplos fatores que norteiam os conflitos, porém o que infelizmente ocorre muitas vezes no ambiente escolar é que os profissionais que atuam acabam por vezes não observando toda essa dimensão que leva ao conflito, ou seja, apenas atendendo a ocorrência pelo imediatismo. Isso ocorre por quererem agir desta maneira ou por falta de tempo ou de conhecimento sobre esse assunto.

Nesse sentido, a pesquisa aqui apresentada pretende refletir sobre o conceito de conflito para escola, apresentar outras perspectivas e visões sobre o conflito e a possibilidade de retirar de um conflito aspectos positivos e de aprendizagem. Defende-se na pesquisa, que uma das ferramentas para tratar o conflito é a partir da prática de

mediação, que tem o diálogo como sua vertente e que auxilia alunos, professores e toda a comunidade escolar a construir um pensamento reflexivo e crítico acima de suas ações e das ações do outro. O conflito leva há muitas situações variadas e caso não seja tratado como pauta nas instituições de ensino podem produzir situações de violência no ambiente escolar.

### 3.6 CONFLITOS *BULLYING* NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A palavra *Bullying* de origem inglesa tem sido uma palavra adotada em muitos países, esse termo *bullying* para define a vontade determinada e consciente em maltratar uma pessoa deixando a mesma sob tensão. No Brasil adotou-se o termo *bullying* enquanto *Bully* é traduzido como “Valentão”, “tirano e como verbo de “brutalizar”, “amedrontar”, ou seja, é um subconjunto de comportamentos agressivos com características por natureza repetitiva. Além dessas definições há várias outras definidas por pesquisadores mas definição universal de *bullying* é um conjunto de atitudes agressivas, repetitivas e intencionais sem motivação que causam sofrimento e angustia que podem ocorrer por insultos, intimidação, apelidos maldosos.

O *bullying* pode ser considerado como todos os atos de violência (física ou não) que ocorrem de forma intencional e repetitiva contra um ou mais alunos, impossibilitados de fazer frente às agressões sofridas. Em outros termos, o *bullying* trata-se de uma relação de poder exercida por uma pessoa ou por um grupo, cuja finalidade é causar dor e sofrimento à vítima (SILVA, 2010, p. 13).

No Brasil na década de 1990 *bullying* passou a ser discutido, mas o mesmo começou aparecer como discussão em artigos científicos a partir de 2005. De acordo com Lopes 2005, embora os estudos sobre o *bullying* escolar no Brasil sejam recentes, o fenômeno é antigo e preocupante, sobretudo em função de seus efeitos nocivos. A presença do *bullying* nas escolas é inegável, esse fenômeno traz perplexidade e medo em torno das vítimas, bem como, os outros indivíduos da comunidade educativa. Os pesquisadores desse fenômeno *Bullying* identificam e classificam os tipos de papéis que são desempenhados entre os envolvidos.

Segundo Fante (2005, p. 72) podem ser classificadas em:

a) Vítima típica: apresenta aspecto físico de sensibilidade, timidez, passividade, submissão, insegurança, baixa autoestima, dificuldade de

aprendizagem, ansiedade, aspecto depressivo e coordenação motora deficiente. Fisicamente é mais frágil, comparado com o aspecto de seus companheiros, tem medo de sofrer algum dano, de ser fisicamente ineficaz nos esportes e nas brigas, tem dificuldades de se impor e não apresenta comportamento agressivo. Geralmente relacionam-se melhor com adultos do que com crianças de sua idade.

b) Vítima provocadora: é o aluno provocador, mas que não possui habilidades para lidar com as consequências de suas provocações. Briga quando é atacada, mas não consegue resolver a situação. Pode apresentar características de hiperatividade ou ser inquieta, dispersiva e ofensora.

c) Vítima agressora: é o aluno que transfere todo seu sofrimento para outro, reproduzindo as agressões sofridas em um aluno mais frágil que ele. Contribui com o aumento no número de vítimas. Agressor: Poder ter a mesma idade ou ser mais velho que sua vítima, pode ser fisicamente maior, ser mais dinâmico nos esportes e nas brigas. Vangloria-se de sua superioridade, intimida, ameaça, domina e subjuga os outros alunos. Tem dificuldades em aceitar normas, irrita-se com facilidade e não aceita ser contrariado, é visto como o aluno mal, frio e antipático. Pode se envolver em condutas anti-sociais, como o roubo, vandalismo e consumo de bebida alcoólica. Espectador: é o aluno que testemunha todo o sofrimento da vítima, mas não tem coragem de denunciar por medo de represália dos agressores. Com medo de se transformar no próximo alvo, o aluno que testemunha as agressões tende a se afastar da vítima, contribuindo com o processo de exclusão.

O *Bullying* é um fenômeno difícil de detectar ou solucionar pois normalmente o aluno vítima não denuncia as agressões por medo de represálias dos agressores ou por vergonha dos pais, professores ou ser humilhado pelos outros alunos. Na escola quando os professores não conhecem o fenômeno não conseguem identificar a vítima. Esse fenômeno atinge escolas públicas e privadas, ou seja, está em todas as classes sociais, as consequências desse fenômeno levam a danos graves como aprendizagem e a evasão escolar. A vítima de *bullying* sente-se um ser não participante no contexto escolar, a vítima internaliza que não tem valores ou não é suficiente perante a outros indivíduos. Há casos em que a vítima fica isolada e apresenta problemas psicológicos graves após tensões decorrentes do *bullying*.

Essas atitudes repressivas advindas do *bullying*, geram diversas consequências abrangentes e graves para os envolvidos. Esses danos vão desde a vida escolar (desinteresse pelos estudos, déficit de concentração e aprendizagem, evasão escolar etc.) até a saúde emocional (baixa na resistência imunológica e na autoestima, sintomas psicossomáticos, transtornos psicológicos, depressão, suicídio etc.). (FANTE, 2005, p. 44)

Todos que são envolvidos nas situações de *bullying* são prejudicados, as consequências mais perceptíveis estão relacionadas a vítima e ao agressor. Por vezes esse fenômeno não é tratado de forma adequada, ou seja, como o *bullying* é percebido como algo inofensivo da idade, mas é preciso olhar muito atento, pois, o mesmo traz

angústias, sofrimento, que levam a distúrbios ou até mesmo em tragédias como o suicídio. As escolas devem realizar constantemente formações, discussões para os alunos, professores e envolver a comunidade para tratar a respeito do fenômeno *Bullying*.

O fenômeno *Bullying* leva além de violência verbal à violência física. A agressividade na escola é um fenômeno social complexo, há inúmeros fatores que levam a violência escolar e o *bullying* está entre esses fatores. E essa violência que se geram nas escolas são um reflexo externo a ela como problemas sociais, familiares e econômicos. A escola deve trabalhar constantemente na prevenção do *bullying* em ações para a conscientização desse fenômeno pois além dessa situação há questões de indisciplina este está associado com problemas moral. Os alunos devem se reconhecer como indivíduos que vivem em sociedade e não isolados e para isso existem regras para a boa convivência.

### 3.7 CONFLITOS POR INDISCIPLINA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Quando se fala em indisciplina na escola, associa-se muitas vezes esta situação relacionada diretamente aos professores, como se esses conflitos devessem ser resolvidos pelo professor e como se essas situações fossem geradas apenas por contextos didáticos. É preciso lembrar que a sociedade atravessa período de crises que derivam e refletem no comportamento dos indivíduos, como a sociedade é composta por todos, esses sujeitos acabam influenciando no comportamento e nas regras. Quando o contexto político e econômico que envolvem os alunos está em crise, isso afeta diretamente os alunos e contribui para mudanças, mas como interligar as mudanças sociais com normas que precisam ser cumpridas?

O que geralmente se encontra dentro das instituições de ensino é uma escola que quer manter o aluno concentrado, sem falas desnecessárias, um aluno participativo e que esteja construindo o conhecimento sem prejudicar os demais alunos e professores. Porém, infelizmente, em algumas instituições de ensino, a disciplina acaba sendo imposta e nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio isso aumenta de proporção, já que, esses alunos estão vivenciados outras mudanças e concepções e que o disciplinar de maneira autoritária acaba gerando ainda mais conflitos. Para Foucault (2004) a instituição escolar se constitui em um local eminentemente disciplinador, isto é, nela é decidido como as pessoas devem se

portar, com vistas a poderem usufruir de seus benefícios: uma formação para a obediência às regras sociais, que produz sujeitos dóceis, manejáveis.

A natureza do ser humano é composta por vários fatores sociais que determinam suas ações, controlar ações dentro de sala de aula em sujeitos a qual a natureza não é determinada em submissão é uma das características que devem ser trabalhadas com os alunos. A escola precisa de uma proposta a qual o aluno não esteja sempre subordinado à ordem do professor, mas que o aluno tenha autonomia e responsabilidades. As instituições de ensino precisam submeter os alunos a uma normatividade, fazer que alunos entendam as normas sociais, ou seja, as normas simbólicas que estruturam todo o conhecimento e que essas podem ser modificadas e são necessárias para a convivência em sociedade e o professor é um elemento central para que alunos possam compreender essas diferenças.

Em nossa sociedade, com um aumento de independência social os indivíduos buscam a autonomia, mas para que isso ocorra é necessário colocar alunos como protagonistas nas ações escolares a todo momento. Dentro das escolas deve ocorrer uma responsabilidade pelos seus atos, isso pode levar a diminuição dos conflitos, claro que a instituição de ensino não pode compensar todos os problemas que envolvem o contexto social dos alunos, porém pode prevenir indisciplina por meio de elaboração de projetos institucionais com a participação dos alunos.

É preciso desenvolver projetos escolares que estimulem a convivência para melhorar as regulações normativas e construir novas regulações e para isso é preciso que os professores conheçam seus alunos e que os alunos conheçam seus professores e o processo escolar. Quando escolas e alunos estão abertos ao diálogo possibilitam propostas para melhoria de comportamento em sala de aulas, sendo que ambas as partes decidem juntamente construção de novas relações na busca de uma escola democrática:

Nesse sentido, o tipo de comunicação que o professor estabelece com seus alunos é decisivo para conseguir um clima de cooperação. Professores intimidados, que demonstram medo e se comunicam de forma defensiva costumam não serem respeitados pelos alunos. Por outro lado, professores que insultam, rotulam, criticam ou ridicularizam os alunos indisciplinados, favorecem a instalação de um clima hostil em sala de aula. (SAMPAIO, 2002, apud ECCHELI, 2008, p. 210).

Propõe-se que para que possa haver uma sala de aula com uma convivência social democrática, é preciso respeito entre alunos e professores, é preciso criar

formas de que ambas as partes possam falar sobre as normas e constituir novas normas na elaboração de regras que respeitem a liberdade, e que essa liberdade não possa coagir. A disciplina com ato de direção e orientação na busca de soluções para uma melhoria em sala de aula.

#### 4 PESQUISA DE CAMPO E PROJETO DIÁLOGO-AÇÃO

A pesquisa de campo foi realizada em uma Escola<sup>1</sup> da rede Estadual de Ensino, localizada na região do Alto-Boqueirão/ Curitiba-PR, que atende alunos do Ensino Fundamental e Ensino de Jovens e Adultos (EJA). A pesquisa foi realizada entre os meses de Julho de 2017 a Setembro de 2018. O levantamento de dados foi realizado por meio de observações e análises das Atas de ocorrências do Colégio referente aos conflitos entre Julho de 2017 a Setembro de 2018. As turmas pesquisadas foram as turmas de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino Médio do período noturno e turmas de 7º e 8º anos do período da manhã. Os alunos que estão no 7º ano tem idade aproximada de 12 anos, os alunos do 8º ano, idade entre 13 e 15 anos e os alunos da EJA médio à partir de 18 anos. O recorte foi escolhido tendo em vista que a maioria dos conflitos conforme mencionado pela Pedagoga do Colégio ocorrem nos 7º e 8º anos que são os alunos que frequentarão as Séries finais do Ensino Médio e o Ensino Médio.

Na pesquisa foram realizadas conversas com professores, pedagogos, alunos e funcionários da escola para saber quais tem sido os conflitos que os mesmos têm presenciado com frequência dentro da instituição de ensino pesquisada. A maioria das respostas foi referente aos conflitos ocasionados por indisciplina e também por *bullying*. A partir dessas respostas a pesquisa levantou dados de conflitos gerados por indisciplina e *bullying*, totalizando 21 situações de conflitos por indisciplina e *bullying* de acordo com as Atas de ocorrência<sup>2</sup> do Colégio no período de Julho de 2017 a Setembro de 2018 (ANEXO 1). As pedagogas da instituição de ensino informaram que há mais ocorrências além das registradas, porém, nem todas as situações de conflito são registradas em Ata, isso devido à falta de profissionais que possam ajudar nessa coleta de dados.

De acordo com o GRÁFICO 1 que apresenta o total de conflitos entre professores e alunos e entre alunos e alunos, em Julho de 2017 a Setembro de 2018. Nesse período. É possível constatar que pelos registros anotados em Ata do Colégio, os conflitos entre alunos e alunos e entre professores e alunos totalizam 21 conflitos, sendo 10 conflitos entre alunos e alunos e 11 entre professores e alunos. O que

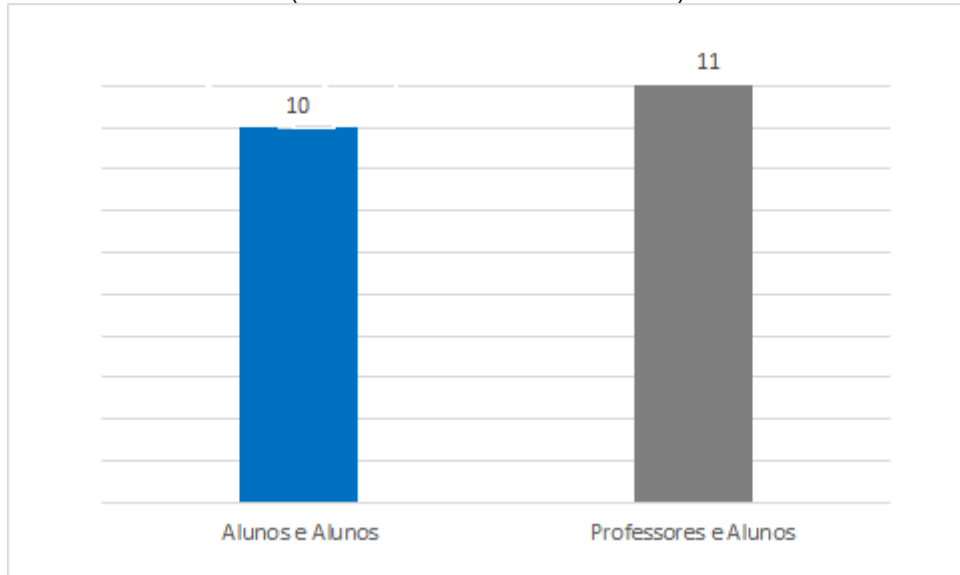
---

<sup>1</sup> A fim de garantir sigilo e o anonimato da instituição de ensino não será mencionado o nome.

<sup>2</sup> A fim de manter sigilo das Atas de ocorrência do Colégio, no anexo é divulgada apenas a capa das Atas de ocorrências e o texto redigido com as informações dos alunos ocultadas.

mostra que o conflito entre professores e alunos foram mais frequentes, mesmo com uma diferença pequena.

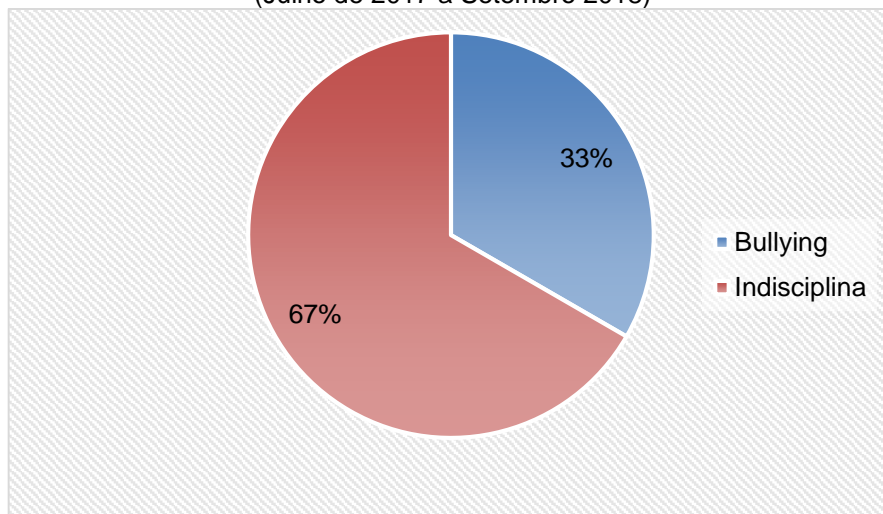
GRÁFICO 1 - TOTAL DE CONFLITOS PROFESSORES E ALUNOS E ALUNOS E ALUNOS  
(Julho de 2017 a Setembro 2018)



FONTE: Documentos da Escola

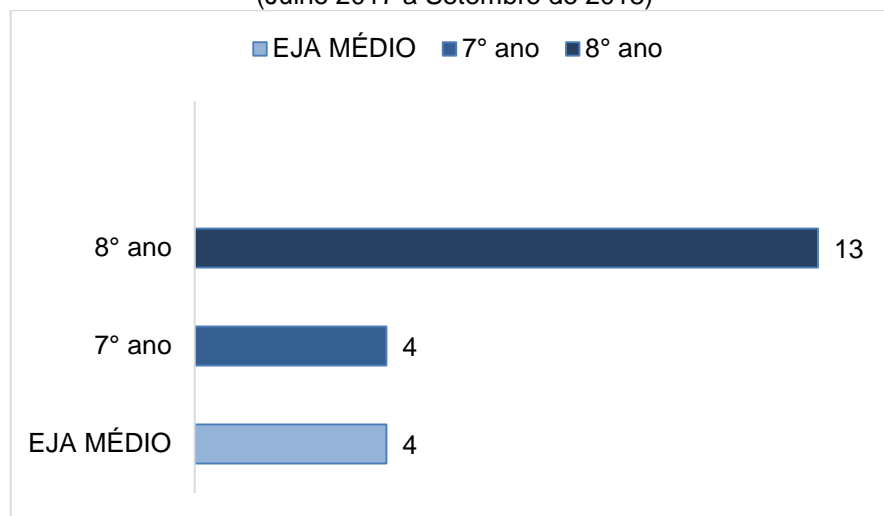
De acordo com o GRÁFICO 2 que apresenta o total de conflitos por indisciplina e *bullying*, é possível identificar pelo levantamento de dados que 67% dos casos, ocorreram por indisciplina e até mesmo a indisciplina que leva alunos a entrarem em conflito com outros alunos. Os conflitos por *bullying* representam 33% do total que representam os 21 casos de conflitos.

GRÁFICO 2 – TOTAL DE CONFLITOS POR *BULLYING* E INDISCIPLINA  
(Julho de 2017 a Setembro 2018)



FONTE: Documentos da Escola

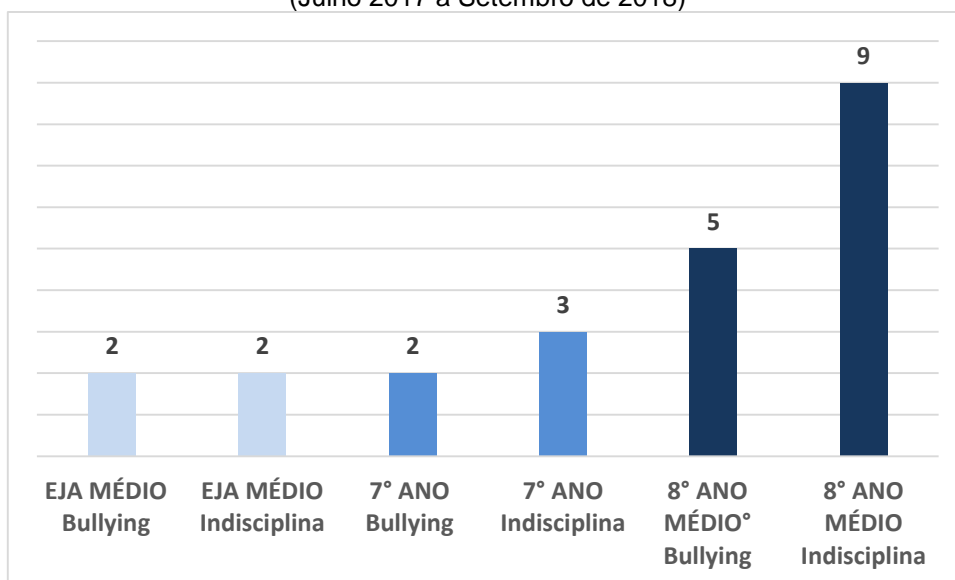
GRÁFICO 3 – CONFLITOS POR *BULLYING* E INDISCIPLINA - ANOS  
(Julho 2017 a Setembro de 2018)



FONTE: Documentos da Escola

De acordo com o GRÁFICO 3, os conflitos ocorrem maior quantidade no 8º ano, isso ressalta a importância de compreender as situações que os alunos das séries finais enfrentam antes mesmo do Ensino Médio.

GRÁFICO 4 – TIPOS DE CONFLITOS POR ANO  
(Julho 2017 a Setembro de 2018)



FONTE: Documentos da Escola

De acordo com o GRÁFICO 4, os maiores casos de indisciplina e de *Bullying* ocorreram no 8º ano. O 7º ano e EJA Médio apresentam números menores desses conflitos.

Os 21 casos de conflitos registrados em Atas apresentados nos gráficos acima representam uma parcela do que foi observado durante a pesquisa, sendo que os conflitos no Ensino Médio ocorrem com menor frequência, comparados com os conflitos que ocorrem nos 7º e 8º anos. Durante os dias de observação foi percebido que na sala da Pedagogia sempre havia alunos relatando conflitos que ocorriam por situações corriqueiras (Pegar o material um do outro sem permissão, jogar papel amassado um no outro, etc.) e outras por situações mais graves (Agressões verbais até física). Notou-se que havia uma necessidade de ouvir esses sujeitos, pois havia algumas falas revoltadas e agressivas e outros sujeitos que estavam à procura de respostas, de serem ouvidos e até mesmo o aluno que gerava o conflito estava querendo de alguma forma expor sentimentos muito além somente daqueles motivos que levaram a tal situação. Alguns alunos concordavam que estavam errados em seus atos. As pedagogas conversavam com os alunos envolvidos, orientando todos que chegavam, porém o número de alunos que chegavam na sala da Pedagoga e a grande quantidade de atividades a serem realizadas, acabavam por vezes atrapalhando um aprofundamento e acompanhamento mais detalhado nas situações graves de conflito.

Uma das Atas de ocorrência que chamou atenção na Pesquisa era a Ata das ocorrências que são atendidas pela Patrulha Escolar, que apresenta relatos de situações graves de conflitos que geraram violência física, dentro e fora da escola. Essa Ata é separada das outras Atas de registros, pois a mesma segue um modelo encaminhado pela Secretária de Estado da Educação (ANEXO 1). Alguns registros na Ata da Patrulha escolar apresentam situações começaram a ganhar força dentro e fora da escola, pois todos alunos e comunidade de uma forma vão se envolvendo no conflito. Houve casos de relatos em Atas onde o aluno não estava envolvido em determinado conflito, mas como outros alunos citaram seu nome, o mesmo foi responsabilizado. Então, a questão norteadora da pesquisa é identificar se a escola, por meio do diálogo, pode minimizar os conflitos que ocorrem entre os sujeitos escolares? Pensando nisso, em conversas informais perguntou-se aos alunos o que pensavam sobre a escola, sobre os professores e sobre os conflitos. Os alunos disseram gostar da escola e dos profissionais que atuam nela e quando questionados então por que achavam que os conflitos ocorriam, as respostas foram muito similares entre eles, aos quais foi destacado:

- a) A falta de paciência de ouvir outro;
- b) Falta de diálogo;

- c) Às vezes falta de interesse dos professores com certas condutas;
- d) A pressão de outros alunos que levam a não “deixar quieto” algumas situações;
- e) Que as brigas são engraçadas.

Algumas dessas respostas levaram a observar com mais atenção os alunos que estavam passando por conflitos, muitos desse, entendem que dar risada do outro, falar algumas palavras ofensivas são brincadeiras que os divertem e também divertem outros. Foi percebido que muitos alunos não entendem o conflito como danoso ao outro, por exemplo, situações de racismo, homofobia, machismo, *bullying* coisas ditas por eles em momento de conflitos. Nesse caso, não porque esses não querem entender e sim, porque ainda há falta de informação dentro e fora da escola sobre o preconceito, homofobia, questões sociais, bullying e as consequências desses atos. No caso de conflito com os professores, nota-se que alguns alunos já começam a fala na defensiva dizendo que “não fez nada”, que o “professor exagerou” entre outras maneiras do aluno não se reconhecer como autor do conflito. Esse mecanismo de defesa ocorre por parte do professor e por parte do aluno, pois, na maioria das observações e pelos gráficos apresentados a indisciplina é a principal causa de conflitos entre esses sujeitos dentro da instituição que foi realizada a pesquisa.

Como na sala de aula há sempre uma série de informações, oscilações de comportamento e especificidades, ela será um local em que poderão ocorrer constantemente situações de indisciplina e relações conflituosas e tensas. Os dados apresentados ajudaram na elaboração de um plano de ação na escola. Defende-se na pesquisa que é importante que a escola realize os registros dos conflitos, e organize ações por meio do diálogo, sejam elas preventivas ou imediatas.

#### 4.1 PROPOSTAS E POSSIBILIDADES DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS POR MEIO DO DIÁLOGO

A escola é um ambiente propício para dialogar e possibilitar relações interpessoais. Os alunos das séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio possuem experiências diversas e são essas experiências que possibilitam abranger o diálogo, e não somente o diálogo relacionado a questões de conflitos, mas o diálogo como ferramenta para debates importantes a respeito de suas experiências e também para novas experiências. É preciso ouvir, entender que a juventude não é apenas uma

fase para a vida adulta, isso delimita o diálogo e impossibilita ações que venham a melhorar a qualidade do ensino e também de vida no presente. Esses alunos estão vivenciando a cidadania e democracia dentro do âmbito escolar. Em nossa sociedade ainda existe a visão de uma escola detentora única de conhecimentos e conteúdo, um instrumento somente para o ingresso no “mundo do trabalho” e infelizmente ainda há jovens que vivem apenas essas expectativas, que geram inseguranças, conflitos internos e externos, além de tantos outros conflitos que estão no seu cotidiano escolar. Para entender os conflitos que ocorrem no interior da escola se faz necessário dialogar.

O diálogo deve ser um hábito dentro das instituições de ensino, é preciso dar voz aqueles que por muitas vezes não são ouvidos pela sociedade e família, é preciso criar vínculos positivos com os sujeitos; gerar múltiplos pontos de vista, abrir espaços para que os sujeitos se conheçam e possam se relacionar consigo e com os demais sujeitos, é o que propõe Freire(1994) na Educação como Prática da Liberdade:

E que é o diálogo? É uma relação horizontal de A com B. Nasce de uma matriz crítica e gera criticidade (Jaspers). Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança. Por isso, só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, com esperança, com fé um no outro, se fazem críticos na busca de algo. Instala-se então, uma relação de simpatia entre ambos. Só aí há comunicação (FREIRE, 1994, p.115).

É preciso construir na escola essa prática dialógica e possibilitar uma vivência mais pacífica, política, democrática e social. Conforme Miguel Arroyo (2003) os educadores não devem ficar satisfeitos em reconhecer que os movimentos sociais têm tido um papel pedagógico no aprendizado dos direitos, podemos ir além e perguntar-nos por onde passa o pedagógico.

O pedagógico passa por todo ambiente escolar, se faz necessário uma educação com interação entre alunos e alunos, professores e alunos ou seja interação com toda comunidade, ou seja, uma proposta de uma interação por meio do diálogo nas ações das escolas. A proposta da pedagogia Crítica auxilia no entendimento do que é relação dos sujeitos e o papel social da escola.

a) identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações bem como as tendências atuais de transformação;

- b) conversão do saber objetivo em saber escolar de modo a torná-lo assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares;
- c) provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção bem como as tendências de sua transformação. (SAVIANI 1991, p. 16-17).

Todo o processo escolar passa pela identificação do sujeito que está dentro da sala de aula, assimilar conhecimentos científicos com contextos sociais. Uma educação crítica ela precisa passar pelo ato de ouvir e dialogar. Na pesquisa realizada e apresentada nesse trabalho, foi observado que alunos e professores buscam uma escola crítica e dialógica. Os dados apresentados são uma amostra em tantas outras que ocorrem na escola, porém não são registradas e logo não há como identificar o conflito e porque o mesmo ocorre. Com essa perspectiva de entendimento das situações de conflito, foi possível implementar um projeto que propõe coletar dados, registrar e planejar ações para prevenir conflitos e resolvê-los por meio do diálogo. O projeto proposto na escola visa alinhar o diálogo e ações para que os conflitos sejam discutidos com uma visão positiva. O nome do projeto foi criado dentro dessa proposta que visa o Diálogo e Ação, que ocorre quando são elaboradas ferramentas e propostas pedagógicas que considerem o conflito uma das causas da evasão escolar, baixo rendimento, problemas psicológico e emocionais. Concorda-se com Cunha (2012) quando considera a escola:

Como um espaço que favorece as trocas interpessoais, a escola tem enorme potencial para servir como polo gerador de estresse e ansiedade para seus membros. Não restam dúvidas que ser intimidado e assediado machuca, muito. Para muitos alunos somente passar pelos portões da escola traz expectativa de ataques à própria pessoa, sem que ninguém saia em sua defesa, seja por ter medo, seja por divertir-se com a situação ou não saber o que fazer. (CUNHA, 2012, p. 17)

Desse modo, propõe-se como uma das ações do projeto é a resolução dos conflitos por meio da mediação, que é uma ação que envolve o diálogo, nesse método há um mediador imparcial, ou seja, neutro ao conflito o que facilita a comunicação entre os sujeitos para que ocorra a resolução do conflito.

A mediação é um procedimento consensual de solução de conflitos por meio do qual uma terceira pessoa imparcial – escolhida ou aceita pelas partes – age no sentido de encorajar e facilitar a resolução de uma divergência. As pessoas envolvidas nesse conflito são as responsáveis pela decisão que melhor a satisfaça. A mediação representa um mecanismo de solução de conflitos utilizado pelas próprias partes que, motivadas pelo diálogo,

encontram uma alternativa ponderada, eficaz e satisfatória. (SALES 2007, p.23).

A mediação é uma alternativa de solução de conflitos onde se pretende que os vínculos entre os sujeitos sejam preservados, no contexto escolar isso é de grande importância pois os alunos e professores convivem diariamente e assim por meio do diálogo propõem-se soluções mais adequadas.

#### 4.2 O PROJETO DIÁLOGO-AÇÃO

O Projeto Diálogo-Ação está sendo construído dentro do colégio pesquisado, esse projeto atende alunos e professores do Ensino Fundamental e Médio. Diálogo-Ação é um que foi projeto criado e iniciado pela Pedagoga Rozangela Barbosa e também faz parte de um outro Projeto de Extensão intitulado *Planejamento na Organização do Trabalho Pedagógico*, da Universidade Federal do Paraná, coordenado pelas Professoras Léia de Cássia Fernandes Hegeto e Roberlayne Roballo. A partir da elaboração do projeto Diálogo-Ação, a Pedagoga Rozangela Barbosa autorizou o desenvolvimento do plano. Além desse projeto a escola tem uma parceria com o Ministério Público de Curitiba, que já desenvolve outras ações com os alunos da escola, como por exemplo, palestras e cursos de mediação para alunos e professores, para que possam ser mediadores e estejam atuando perante a mediações de conflitos.

O objetivo do projeto que está sendo desenvolvido é minimizar as situações de conflitos recorrentes entre alunos e alunos e entre professores e alunos. É preciso aprender a conviver com indivíduos e suas diversidades e é esse o maior desafio que a escola precisa estar atenta. É preciso ensinar ao aluno como se relacionar com outro e como esse relacionamento pode contribuir no ambiente escolar. Os conflitos que ocorrem dentro da sala de aula, de maneira verbal, não verbal e até física precisam ser mediados para que não se chegue a qualquer tipo de agressão.

A cultura contra violência escolar por meio do diálogo é a ação que o projeto Diálogo- Ação busca ou seja a solução dos conflitos de forma pacífica por meio da reflexão a respeito dos problemas. A abordagem colaborativa e inclusiva faz a conexão entre alunos e professores. O projeto trabalha com os procedimentos, práticas e habilidades para prevenção e resolução de conflitos de maneira positiva. As ferramentas pedagógicas usadas buscam refletir sobre o embate desta forma

oportunizando para que se aconteçam mudança, no campo de ensino e aprendizagem, por meio da escuta, solidariedade e pertencimento.

Pretende-se proporcionar a reflexão entre professores e alunos para que possam entender seus direitos e deveres e que a escola está vinculada com a vida social fora dela. Defende-se no projeto que a mediação é um processo que leva o jovem a compreender o que suas ações, causam e assim levar o aluno e professor a desenvolver a compreensão de boas relações pessoas em que as mesmas possam servir base para a construção relacionamentos e vínculos pautadas no respeito, ética e diálogo contínuo.

#### 4.3 OBJETIVOS DO PROJETO DIÁLOGO-AÇÃO

O projeto tem como finalidade mediar conflitos entre alunos e alunos e professores e alunos a partir do diálogo. Assim como, buscar a resolução de conflitos e problemas de forma reflexiva, trazer autoestima para aqueles que estiveram envolvidos em situações conflituosas e ações negativas no interior da escola.

As relações de conflitos ultrapassam os limites da escola, a violência está presente na sociedade. Portanto, o projeto proporciona a reflexão e mediações para que seja possível trabalhar com outros conflitos presentes no cotidiano desses jovens:

A escola é palco de uma diversidade de conflitos, entre os quais os de relacionamento, pois nela convivem pessoas de variadas idades, origens, sexos, etnias e condições socioeconômicas e culturais. Assim, todos na escola devem estar preparados para o enfrentamento da heterogeneidade, das diferenças e das tensões próprias do relacionamento escolar, que muitas vezes podem gerar dissenso, desarmonia e até desordem. Vários são os fatores que os desencadeiam entre os alunos na convivência escolar: a rivalidade entre grupos; as disputas de poder; a busca de afirmação pessoal; as resistências às regras; os desentendimentos e as brigas; o *bullying*; os conflitos de interesses; os namoros; as perdas de bens escolares; os assédios; o uso de espaços e bens; a falta de processos para a construção de consensos; as necessidades de mudanças; a busca por novas experiências; as reações a manifestações de injustiça, entre outras. (NUNES, 2011, p. 16).

A busca por soluções para resolver conflitos no ambiente escolar é um processo que ocorre a curto, médio e longo prazo, pois exige a conscientização, participação e comprometimento por todos que estão dentro da instituição escolar. Para isso, pretende-se romper o paradigma de que somente pela punição é possível se resolver os conflitos na escola. Os enfrentamentos sempre existiram no interior da

escola e é preciso estar preparado para lidar e resolver as situações conflituosas, mantendo a integridade emocional e física dos sujeitos envolvidos.

A Mediação é um processo que implica em interagir, conscientizar e transformar ações negativas em ações positivas. O objetivo do projeto é construir com alunos e professores novos pensamentos e reflexões sobre o que é o conflito entre os sujeitos educativos, as possibilidades de sua superação e as formas de prevenção. Explicar-se-á nas mediações e também nas conversas com alunos e professores que a única maneira de ter um ambiente saudável e respeitoso é onde o respeito vem antes das diferenças.

O projeto visa trabalhar com professores que passam por conflitos, para que os profissionais tenham mais informações sobre o tema e para que possam aprimorar encaminhamentos metodológicos e didáticos a serem aplicadas nos momentos de conflitos na sala de aula e fora dela. Os professores são agentes de transformação sociais.

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os 'argumentos de autoridade' já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. (FREIRE, 2005, p. 79).

Para que haja mudanças nas relações entre os sujeitos é preciso olhar o outro, estar com outro e principalmente entender que minha ação gera uma reação, e que essa reação pode ser tanto positiva quanto negativa.

#### 4.4 METODOLOGIA DO PROJETO DIÁLOGO – AÇÃO

Na pesquisa foi identificado que não há registro de todos os conflitos que ocorrem na escola, porém a mesma se preocupa com registros, sendo que possui ficha do aluno e RCO (Registro de classe online), demonstrando que a gestão escolar considera que os registros são importantes para que se possa levantar dados e assim planejar ações. Os alunos que passam por conflitos serão encaminhadas a sala da Pedagogia onde será feita uma entrevista com aluno (O modelo da entrevista será elaborado). É importante saber sobre o aluno e as informações por meio de entrevista ajudaram entender melhor as situações que levaram ao conflito.

Pensando nessas situações foi elaborado uma planilha (ANEXO 2) para registrar dados que levaram a planejamento das ações a serem executadas, além disso, a mesma indica quais conflitos estão ocorrendo com frequência dentro da escola, para que possa seja realizada ações preventivas. Na mesma planilha será realizado o agendamento para mediação, para reuniões com alunos e professores mediadores. A ideia de trazer voz aos alunos como mediadores ajuda o processo de entender outro, a construção para solucionar conflitos por meio perspectiva de como outro enxerga as atitudes e como eu as vejo e protagonismo dos estudantes.

Os alunos que passam pela mediação assinaram a Ata de Mediação e preencheram termo de responsabilidade (Termo está sendo elaborado) em qual o aluno se compromete a melhorar o comportamento para a boa convivência. Casos específicos onde ocorra agressão os responsáveis serão comunicados para que possam comparecer na escola (Alunos menores de 18 anos). Para outros alunos com idade de 18 anos ou mais a escola tomará decisões cabíveis de acordo com leis e estatutos que regem a mesma.

Cartazes serão colocados na escola para que os alunos saibam do projeto e possam também participar (ANEXO 3). Na sala da Pedagogia foi colocado uma mini biblioteca com textos, revistas, livros e artigos pedagógicos que possam ajudar professores mediadores, profissionais da instituição e alunos (ANEXO 4).

#### 4.5 EQUIPE DO PROJETO DIÁLOGO – AÇÃO

O projeto que está sendo elaborado é composto por Pedagogas, Diretores, Professores e Alunos. Os alunos e professores mediadores que participarão do projeto serão escolhidos pela equipe pedagógica. A partir do aceite para participar do projeto como alunos mediadores, os pais desses alunos serão convidados para irem até escola para autorizar e conhecer o projeto. Os professores vão atuar no conflito juntamente com alunos mediadores e terão acesso a textos e palestras referentes a mediação para que os ajude no desenvolvimento das ações propostas para os conflitos. Pedagogas da escola estarão presentes nas mediações, bem como, nos encaminhamentos necessários e no preenchimento do banco de dados dos conflitos que ocorrem na escola. Diretores estão presentes no desenvolvimento do projeto, todos da comunidade escolar, foram convidados a participar do Projeto Diálogo-Ação.

#### 4.6 AÇÕES REALIZADAS PELO PROJETO DIÁLOGO- AÇÃO

O Projeto Diálogo-Ação a qual está dentro do Projeto Extensão” Planejamento na Organização do Trabalho Pedagógico” da Universidade Federal do Paraná, realizou com alunos na escola encontros culturais e formação com professores qual se trabalhou com conteúdo que envolvem conflitos (ANEXO 5). Com os alunos envolvidos no Projeto (Turmas de EJA Médio , 6º e 8º anos) foram realizadas oficinas de interação entre os alunos, e por meio dessas oficinas, construir conhecimentos sobre a diversidade, respeito e diálogo, bem como, com os professores formação com apresentação de informações sobre indisciplina, *bullying* e como agir em situações de conflito. A partir de 2019, a escola pretende começar a implantar o Projeto Diálogo-Ação com a metodologia proposta. O processo de coleta de dados e agendamentos das mediações, bem como, a divulgação do projeto dentro da escola para os alunos e demais funcionários será feito pelas pedagogas e também pelos alunos que participam do projeto de Extensão “Planejamento na Organização do Trabalho Pedagógico da UFPR. Conforme Hegeto:

O ato de planejar permite ao professor, além da organização das atividades de ensino cotidianas, a previsão de possíveis resultados e objetivos, auxiliando-o na prática profissional. Considerado um tema clássico da Didática, juntamente com as temáticas metodológicas, a relação professor-aluno e a avaliação, o planejamento de ensino tem como objetivo nortear e organizar o trabalho docente, envolvendo a questão organizacional, articulação dos conhecimentos da realidade, metodológicos, de conteúdo, avaliativos e a reflexão contínua da prática. (Hegeto, Camargo, Lopes, 2017, p.5)

Planejar dentro do Projeto Diálogo-Ação possibilita a organização das ações que serão realizadas, bem como, planejar juntamente com alunos, para uma melhoria nos processos de mediação. As pedagogas da escola também estarão participando nas ações e acompanhamento do Projeto Diálogo-Ação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pesquisa teve como objetivo compreender aspectos do Ensino Fundamental e Médio e as relações entre os sujeitos que estão nessa etapa de ensino, assim como, refletir sobre os conflitos que ocorrem dentro do ambiente escolar. A partir das metodologias de pesquisa utilizadas, de observações e coleta de dados, foi possível evidenciar que na instituição de ensino onde ocorreu a pesquisa, os conflitos registrados em Ata de ocorrência do Colégio, ocorreram com mais frequência entre 7º e 8º anos comparados ao Ensino Médio.

Parte-se do reconhecimento de que os conflitos sempre existiram no interior das escolas. A escola é um local de diversidade onde encontramos vários indivíduos, principalmente jovens que possuem suas especificidades, valores, culturas, comportamentos que se desenvolvem no meio social e esses são fatores que entram em desentendimento com a cultura escolar.

Como resultados da pesquisa, foi evidenciado que houveram outros conflitos nas Séries Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, mas estes não foram registrados em Ata de ocorrência. Verificou-se que a escola se preocupa em acompanhar e realizar ações para resolução dos conflitos existentes, porém a mesma encontra dificuldades para registrar os conflitos, bem como, realizar mediações. A partir das informações coletadas na pesquisa, foi possível está construindo junto a Pedagoga da escola o Projeto Diálogo-Ação, que tem a finalidade de registrar os conflitos para uma análise dos aspectos que mais geram os conflitos na escola e possibilitar ações preventivas e imediatas por meio do diálogo e mediação. As reuniões com alunos e professores em situações de conflito tem o objetivo de trazer o problema e dialogar sobre o mesmo, bem como, nesses encontros as dinâmicas que serão trabalhadas tem como finalidade trazer interatividade, reflexão para a resolução dos conflitos. Além da mediação será realizada palestras na escola referente a assuntos diversificados que ajudaram os mediadores e alunos que passaram pelo conflito e outros estudantes a melhorar a convivência.

Defende-se na pesquisa que o Projeto Diálogo - Ação juntamente com as outras ações realizadas pela escola em parceria com as famílias, pode contribuir com relações positivas no espaço escolar. A responsabilidade em fazer acontecer as ações do projeto deve ser assumida por toda a equipe escolar. Se reconhece, que as ações não podem ser apenas pontuais ou em alguns momentos, mas sim, se propõe o

debate e o diálogo constante, principalmente entre professores e alunos, considerando os alunos sujeitos ativos e sujeitos de direitos no espaço escolar.

Para isso, sugerem-se ações, como a escuta sensível dos alunos e professores, tentando compreender quais são as reais situações que estão por trás de uma discussão e/ou mal comportamento, e assim buscar alternativas e formas de mediar as situações que levaram ao conflito.

Conclui-se que a escola pode sim minimizar os conflitos que ocorrem dentro e fora de sala de aula. As ações que podem minimizar as relações de indisciplina e *bullying* precisam ser pensadas e planejadas por toda a equipe escolar, incluindo a direção, pedagogos, professores, famílias e os próprios alunos.

## REFERENCIAS

ABREU, A. S. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ARROYO, Miguel. **Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo sem Fronteiras**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>>. Acesso dia 20 de Abril de 2018 às 19:30

AQUINO, J. G. **Confrontos em sala de aula**: uma leitura institucional da relação professor aluno. São Paulo: Summus, 1996”

\_\_\_\_\_. **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas, 4. Ed. São Paulo: Summus Editorial, 1996bARROYO, M. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 2014.

Bauman, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar 2007. Disponível:<<https://zahar.com.br/sites/default/files/arquivos//t1099.pdf>>. Acesso: junho 2018.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 1997.

\_\_\_\_\_. **Poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

\_\_\_\_\_. **Escritos de educação**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez 1996. Disponível: em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Referências Curriculares da Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília, DF: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, 2000.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDAU, V. M. Interculturalidade e educação escolar. In. \_\_\_\_\_. **Reinventar a escola**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. As Aulas Régias no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**: Vol. I. - Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p.179-191.

CARVALHO, L. R. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

CHARLOT, B. **A violência na escola**: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Porto Alegre: Sociologias, 2002.

CHRISPINO, Á. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: avaliação, política pública Educacional**, Rio de Janeiro, v.15, n.54, p. 11-28, jan./mar. 2007.

\_\_\_\_\_. **Mediação de conflitos: cabe à escola tornar-se competente para promover transformações**. *Revista do Professor*, Porto Alegre, ano 20, n. 79, p. 45-48, jul./set. 2004.

\_\_\_\_\_. **Políticas educacionais de redução da violência: mediação do conflito escolar**. São Paulo: Biruta, 2002.

CUNHA, M. J. **Papel moderador de docentes na associação entre violência escolar e ajustamento acadêmico**. Dissertação (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Programa em Pós-Graduação Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/34643/R%20>

[-%20T%20-%20JOSAFAMA%20MOREIRA%20DA%20CUNHA.pdf?sequence=1.](#)

Acesso: Agosto 2018

DAYRELL, J. T. A Educação do aluno trabalhador: uma abordagem alternativa.

**Educação em Revista**, v. 15, p. 21-29, 1992. Disponível em:

<<http://educacaoemrevistaufmg.com.br/edio-anterior/educacao-em-revista-no-15-ano-1992>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n.24, p.40-

52, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>>.

Acesso em: 10 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **A escola como espaço sócio cultural**. In: DAYRELL, Juarez (Org.) Múltiplos

olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Ed.UFMG,1999.

DEBARBIEUX, E. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do

objeto (1967-1997). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n 1, p. 163-193,

jan./jun. 2001.

\_\_\_\_\_. BLAYA, C. (Org.). **Violência nas escolas: dez abordagens europeias**.

Brasília, DF: UNESCO, 2002.

ECCHELLI, Simone. **A motivação como prevenção da indisciplina**. Educar em

Revista. Curitiba, n.32, p. 199-213, 2008. Disponível em: Acesso em: 05/12/16.

FANTE, C. Fenômeno **Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. São Paulo: Verus, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GONÇALVES, C. L.; PIMENTA, S. G. **Revedo o ensino de 2º grau: propondo a**

formação de professores. São Paulo: Cortez, 1992.

GRACIANO, Mariângela. **Educação também é direito humano. São Paulo: Ação**

**Educativa, Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e**

**Desenvolvimento-PIDHDD,2005**. Disponível em:

<[http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/a\\_pdf/livro\\_acao\\_educativa\\_direito\\_educacao.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/a_pdf/livro_acao_educativa_direito_educacao.pdf)>

Acesso: Setembro 2018

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes**

modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HEGETO L. C. F. **A. Conhecimentos didático-pedagógicos: sentido e uso do planejamento**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 1-17, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: Novembro 2018 .

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 1, n. 1, p. 1-45, 1944.

LOPES NETO, A. A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, p. 164-172, 2005.

LUCK, H. Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teórico metodológicos. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências. Petrópolis**. Vozes 1996.

MACHADO, C. Educação e justiça restaurativa como esperança de uma radical novidade. In: \_\_\_\_\_(org). **Cultura de paz e justiça restaurativa nas escolas municipais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Educação, 2008.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2010.

MARTINEZ ZAMPA, D. **Mediación educativa y resolucion de conflictos: modelos de implementacion**. Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas, 2005.

NEURA, C.; PASSOS, L. A. **Violência simbólica nos rituais legitimadores dos processos escolares: Fenômeno bullying no ambiente escolar**. 2008. Disponível em: < [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/255\\_754.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/255_754.pdf)>. Acesso em: Agosto 2018

NUNES, Antonio Ozório. **Como restaurar a paz nas escolas: um guia para educadores**. São Paulo: Contexto, 2011.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PINTO, J. M. R. O Ensino Médio. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). Organização do Ensino no Brasil. São Paulo: Xamã, 2002.

ROCHA, M. A. S. A educação pública antes da independência. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Pró-Reitoria de Graduação. **Caderno de Formação: Formação de Professores. Educação, Cultura e Desenvolvimento. História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

Redorta, J. **Cómo analizar los conflictos: la tipología de conflictos como herramienta de mediación.** Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica 2004.

ROLIM, M. **Mais educação, menos violência:** caminhos inovadores de abertura das escolas públicas nos fins de semana. Brasília: UNESCO, Fundação Vale, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0017/001785/178542por.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2015.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil (1930-1973).** Petrópolis: Vozes, 1978.

SALES, L. M.M. A família e os conflitos familiares: a mediação como alternativa. **Revista Pensar**, Fortaleza, v.8, n.8, p.55-59, fev. 2000.

\_\_\_\_\_. **A mediação de conflitos e a pacificação social:** Família, Escola e comunidade. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

SAMPAIO, D. Indisciplina: um signo geracional? **Cadernos de Organização e Gestão Escolar**, v. 6, n. 2, 1999.

SANDER, B. **Administração da Educação no Brasil:** genealogia do conhecimento. Brasília: Liber

SAVIANI, D. **Escola e Democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política. 29. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico-Crítica:** primeiras aproximações. 7 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

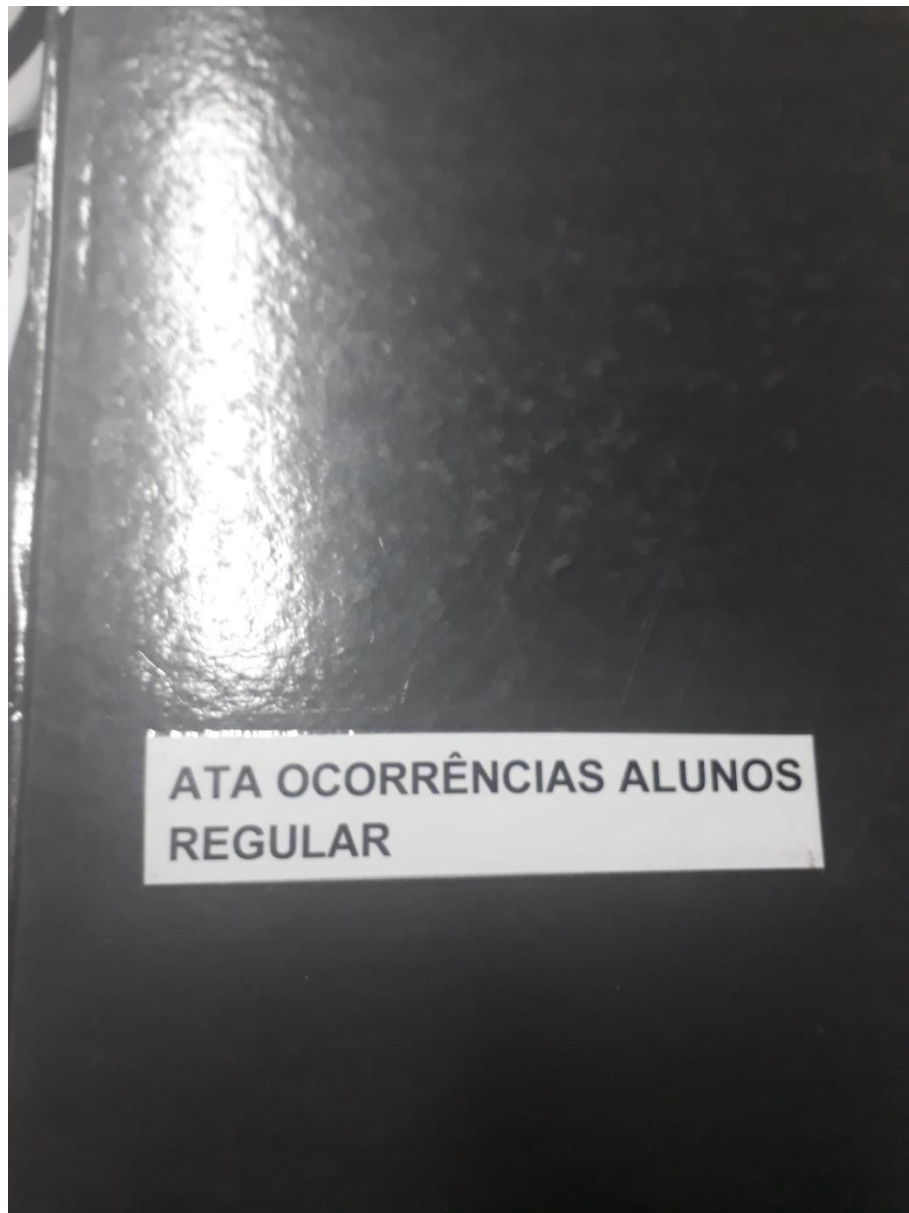
\_\_\_\_\_. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

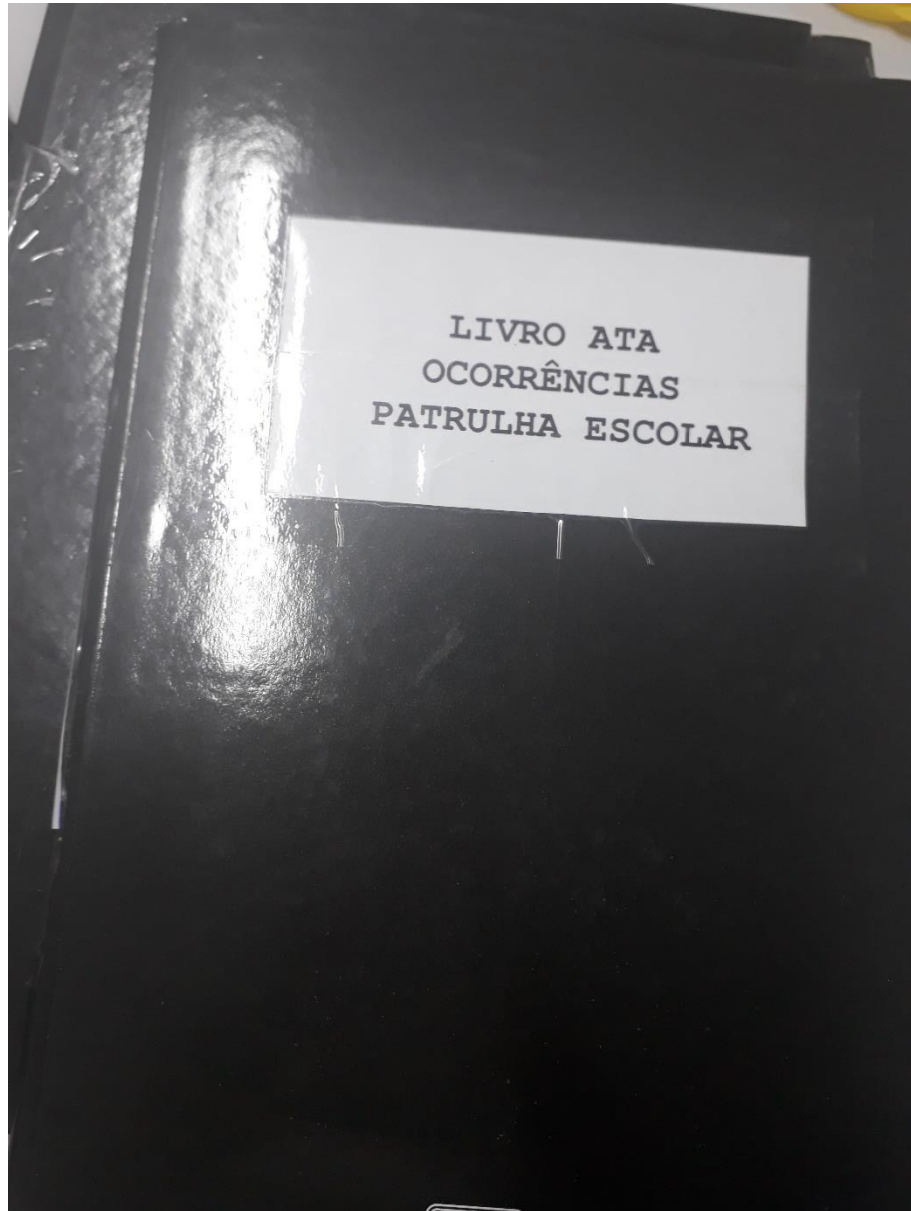
SILVA, T. T. **Teoria cultural e educação:** um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TREVISOL, M. T.; DRESCH, D. Escola e bullying: a compreensão dos educadores. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 4, n.2, p.41-55, 2011.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

**ANEXO 1 – ATAS DE OCORRÊNCIA**





LIVRO ATA  
OCORRÊNCIAS  
PATRULHA ESCOLAR

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

BPEC/SEED

Curitiba, 28 de janeiro de 2013.

Anexo 01 – Modelo Padrão de Ata

Ata Nº 24/2012

nos quatorze dias do mês de agosto de dois mil e doze reuniram-se no Colégio Vinícius de Moraes, no município de Curitiba, NRE de Curitiba, o Diretor Paulo Autran, Diretora Auxiliar Maria das Graças, Professora Edna Pacheco, Professora Eliane Giardini, Professor Francisco de Assis, Pedagoga Priscila Fantin, e os policiais do Batalhão de Polícia Escolar Comunitário, Cabo Ilveira e Soldado Carvalho, e as senhoras Suzana Vieira, mãe da aluna Roberta, e Glória Lenezes, mãe da aluna Regina, para tratar do assunto referente a agressão ocorrida entre as duas alunas. O fato ocorreu no pátio coberto da escola, durante o recreio do período da manhã. A aluna Roberta Close, do primeiro ano do ensino médio, Turma B, agrediu verbalmente, com palavras de baixo calão, e fisicamente, utilizando-se de uma escova de cabelo com a qual esferizou golpes sucessivos que atingiram a cabeça da aluna Regina Duarte, estudante da Turma C do segundo ano do ensino médio. A Professora Edna Pacheco passava no pátio a caminho da sala dos professores no momento da agressão. Vendo tratar-se de uma briga séria tentou apartar com auxílio dos professores acima citados. Vendo a aluna Regina machucada e sangrando na região da boca encaminhou as duas alunas para a sala da direção. Por tratar-se de agressão física, a direção da escola achou por bem acionar a Patrulha Escolar Comunitária, que chegou prontamente ao local e ao tomar conhecimento do fato ocorrido e de tratar-se de menores envolvidos em agressão física, configurando assim Ato Infracional, solicitou a Direção da Escola a presença dos pais no local. Reuniram-se na sala da direção da escola todos os envolvidos, onde foi feita, por parte dos policiais e da equipe pedagógica, a mediação de conflito, deixando clara a todas as conseqüências dos atos praticados pela agressora. A mãe da aluna agredida decidiu não fazer o Boletim de Ocorrência, direito dela por tratar-se de agressão física, como solicitaram os policiais. A equipe pedagógica propôs um acordo entre as partes envolvidas, para garantir a integridade física das alunas e evitar conflitos maiores. As mães concordaram que as envolvidas pedissem desculpas e que se comprometessem a não mais expor a imagem da colega em redes sociais, uma vez que a briga iniciou-se motivada por desentendimento entre elas a partir de comentários postados em sites de relacionamentos. A direção da escola, solicitou aos policiais que fosse ministrada palestra interativas com o tema "Brigas", para todas as turmas do ensino médio, trabalhando assim a prevenção e garantindo um ambiente escolar tranquilo e eficiente. Os policiais despediram-se colocando-se a disposição da escola e da comunidade para o agendamento da referida palestra. Sem mais para o momento, eu, Pedagoga Priscila Fantin, encerro esta Ata e assino. ( segue assinatura de todos os presentes )




Agenda Mediação				
Aluno	Data	Horário	Compareceu	Observação

AGENDA DE ENCONTROS				
MÊS	ANO			
Maio	2018			
SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
	1	2	3	4
	09:00 MEDIAÇÃO			
	14:00 MEDIAÇÃO			
	Tema: Bullying			
7	8	9	10	11
14	15	16	17	18
21	22	23	24	25

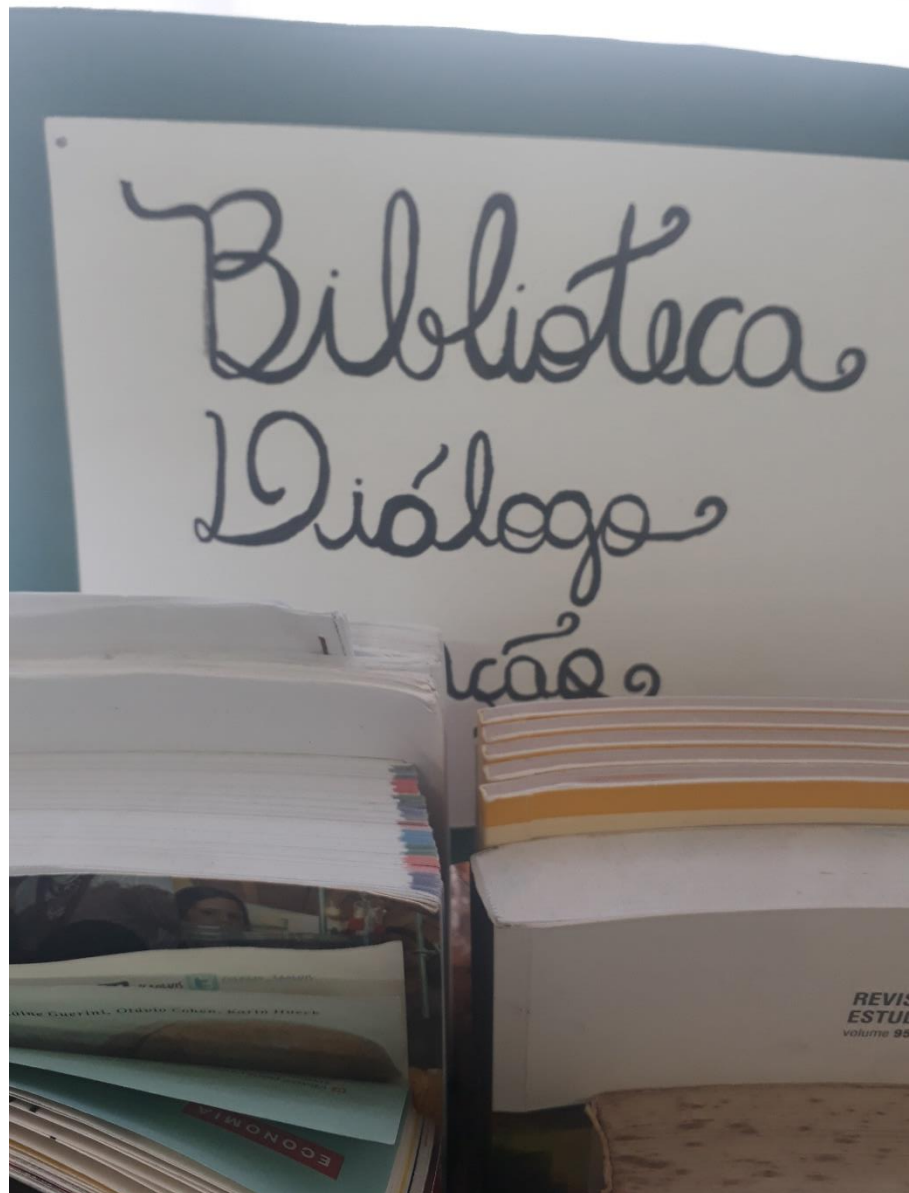
Convocação do responsável			
Responsável	Telefone	Compareceu	Observação

Professores Mediadores 			Estudantes Mediadores 		
Professor	Disciplina	Obs:	Alunos	Turmas	Obs: Link com autorização
OMAR	Geografia				
VANIELE	Arte				
ANGELITA	Ciências				
CARMEM	Ed. Física				
ERENITA	Inglês				
ALI	Ed. Física				
LUCILENE	História				
Sandra	Pedagoga tarde				
Rozangela	Pedagoga Manhã				
Daniel	Diretor				
Andreia	Diretora				
Selma	Funcionária				

  
**Copilação de dados**  
**GRÁFICOS**

ANEXO 3- MODELO CARTAZ PROJETO DIÁLOGO- AÇÃO



**ANEXO 4- MODELO MINI BIBLIOTECA PROJETO DIÁLOGO-AÇÃO**

**ANEXO 5- FOTOS DAS AÇÕES DO DIÁLOGO -AÇÃO DENTRO DO PROJETO DE EXTENSÃO PLANEJAMENTO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UFPR.**





